



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 24/02/2026

BREVES COMUNICAÇÕES

Coronel Ulysses (UNIÃO - AC) - O Deputado condenou a situação caótica do Brasil na saúde, educação, segurança e economia. Ademais, criticou o Presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT), responsabilizando-os pelo retorno da corrupção, aumento da pobreza e gastos elevados no cartão corporativo. Questionou ainda a reputação de Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, citou a divulgação de repasses milionários do Banco Master à empresa do Ministro Dias Toffoli e à esposa do Ministro Alexandre de Moraes, bem como a inércia da Procuradoria-Geral da República (PGR) na abertura de investigação sobre esses fatos. Apontou também que houve aumento de 276% nas falências de empresas e que os Correios estão falindo. Ao final, defendeu a instalação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Banco Master.

Daniel Freitas (PL - SC) - O Deputado saudou a presença na Câmara dos Deputados do ex-Deputado Estadual Bruno Souza, de Santa Catarina (SC), destacando sua atuação em pautas da Direita e sua defesa do Projeto de Lei (PL) nº 3.179, de 2012, que altera as Leis nºs 9.394, de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica. Ademais, informou que mais de cinco mil famílias catarinenses utilizam a educação domiciliar, mas se encontram carentes de amparo legal. Por fim, ressaltou a pré-candidatura de Bruno Souza a Deputado Estadual pelo Partido Liberal (PL) e sua contribuição para o debate do *homeschooling*.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado celebrou a retomada dos trabalhos legislativos e agradeceu ao Presidente Lula e ao Ministro da Saúde Alexandre Padilha por ações no Maranhão. Destacou o anúncio de duas policlínicas em Balsas (MA) e Chapadinha (MA), que também receberam Institutos Federais de Educação. Informou ainda a viabilização de policlínicas em Codó (MA), São Luís (MA) e Timon (MA). Por fim, afirmou que as medidas representam ações estruturantes na saúde e na educação e integram a reconstrução do País.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado destacou pesquisa divulgada na Bahia que indicou a vitória do Governador Jerônimo Rodrigues sobre ACM Neto no primeiro turno, com 52% das intenções de voto contra 35%. Informou ainda que, na disputa ao Senado, o Ministro-Chefe da Casa Civil Rui Costa teria 28% e o Senador Jaques Wagner 23%. Por fim, afirmou que os números demonstram reconhecimento ao trabalho do Governador e sinalizam continuidade do Governo Estadual nas próximas eleições.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG) - O Deputado condenou os abusos do Supremo Tribunal Federal (STF), a omissão do Congresso Nacional quanto à instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do caso Banco Master e o atraso na apreciação do Veto nº 3, de 2026, aposto ao Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que dispõe sobre a dosimetria das penas. Ademais, destacou a manchete sobre a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, André Mendonça, que proibiu o compartilhamento de dados do inquérito sobre o Banco Master com os superiores hierárquicos da Polícia Federal (PF). Defendeu ainda que o Diretor-Geral da PF e o Ministro da Justiça não devem ter acesso ao conteúdo de investigações, cabendo o referido acesso somente ao Delegado responsável, sua equipe, ao Ministério Público e ao Juiz responsável. Ao final, repudiou a interferência político-partidária nas instituições, defendeu a preservação da atuação da PF, do Ministério Público e do Poder Judiciário e pediu a punição dos responsáveis pelos crimes do Banco Master.

Padre João (PT - MG) - O Deputado manifestou solidariedade às populações de Ubá (MG), Juiz de Fora (MG) e Municípios da Zona da Mata mineira atingidos por fortes chuvas, que resultaram em mortos, desaparecidos e desabrigados. Defendeu a instalação de força-tarefa em Juiz de Fora (MG) e atuação articulada da Defesa Civil nos âmbitos federal, estadual e municipal. Por fim, expressou seu apoio à Prefeita de Juiz de Fora (MG), Margarida Salomão, e ao Prefeito de Ubá (MG), Professor José Damato, colocando-se à disposição para colaborar.

Rafael Simoes (UNIÃO - MG) - O Deputado afirmou que, após as eleições de 2022, descartava a possibilidade de o Brasil se tornar uma Venezuela, mas declarou agora temer esse cenário diante do enfraquecimento das instituições. Ademais, criticou o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Governo Federal, lamentando as condenações de Generais das Forças Armadas pelo falso crime de tentativa de golpe de Estado. Além disso, recriminou a condução das investigações sem imparcialidade pelo Poder Judiciário e a intimidação de Parlamentares pela Polícia Federal (PF). Ao final, repudiou a atitude de confronto do Governo Lula, a perseguição ao agronegócio, negou a existência de pleno emprego e alertou para a perda do poder aquisitivo da população e para os elevados gastos com juros da dívida pública.

Leônidas Cristino (PDT - CE) - O Deputado alertou para o aumento das mortes nas rodovias federais durante o último carnaval, com 130 óbitos em 2026 contra 85 em 2025, além do crescimento no número de acidentes, conforme dados da Polícia Rodoviária Federal. Defendeu ainda que o Ministério dos Transportes lidere política nacional estruturada de segurança viária, com melhorias em infraestrutura e educação no trânsito. Por fim, criticou a adoção de medidas pontuais que são pouco eficazes na redução dos acidentes de trânsito.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Pastor Henrique Vieira (PSOL - RJ) - O Deputado destacou o julgamento dos acusados de planejar o assassinato da Vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes, apontando o envolvimento dos irmãos Brazão e do Delegado Rivaldo. Ademais, recordou a trajetória de Marielle, sua atuação na defesa dos direitos humanos e o enfrentamento às milícias no Rio de Janeiro (RJ), ressaltando que foi executada em razão dessa atuação. Além disso, relatou ter acompanhado o julgamento e apontou que o Ministério Público reconheceu o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) como instrumento relevante no combate às milícias. Por fim, defendeu justiça para Marielle e alertou para a união entre política e crime organizado no Estado do Rio de Janeiro, salientando a obstrução das investigações na Delegacia de Homicídios mediante pagamentos ilícitos.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado defendeu a responsabilização e prisão do Governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha, em razão de prejuízo ao Banco de Brasília (BRB) após a compra de R\$ 12,2 bilhões em títulos do Banco Master. Ademais, destacou que, para ressarcir o BRB, o Governador ofereceu imóveis e terrenos do Governo do Distrito Federal (GDF) como garantia, incluindo o Centro Administrativo (Centrad) em Taguatinga (DF). Ao final, associou o Governador ao contrato de R\$ 129 milhões entre o Banco Master e o escritório de advocacia da esposa do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, apontando também a participação do Chefe da Casa Civil do GDF, Gustavo Rocha.

Paulão (PT - AL) - O Deputado cobrou a apuração do escândalo envolvendo o Banco Master, de Daniel Vercaro. Questionou ainda o recuo do Presidente do Senado quanto à instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) ou Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) e criticou a interrupção da tomada de providências pelo Tribunal de Contas da União (TCU), defendendo investigação que alcance os agentes de alto escalão. Ademais, exigiu do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Hugo Motta, a adoção das medidas necessárias para viabilizar a CPI. Além disso, destacou o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), do homicídio da Vereadora Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), cobrando punição aos autores intelectuais. Por fim, enalteceu a bióloga Tatiana Coelho de Sampaio, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por pesquisa sobre proteína direcionada à regeneração do sistema nervoso.

Mauricio Marcon (PL - RS) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do Prefeito de Guaporé (RS), Odair André Rossetto, a quem qualificou como referência no Rio Grande do Sul. Destacou que o Município abriga um dos doze autódromos existentes no Brasil e o descreveu como terra das semijoias, das joias e da lingerie, ressaltando sua prosperidade. Ao final, enalteceu a gestão municipal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Daniel Trzeciak (PSDB - RS) - O Deputado celebrou o encerramento do contrato da concessionária responsável pelo pedágio nas rodovias BR-116 a BR-392, no Rio Grande do Sul (RS), após 28 anos de vigência iniciada em 1998. Ademais, criticou o valor da tarifa, que totaliza R\$ 19,60 em cinco praças, como o mais caro do País. Além disso, relatou ter atuado, desde 2019, junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), para impedir reajustes e pressionar o Governo Federal pela realização de nova licitação. Por fim, demonstrou preocupação com a gestão das rodovias pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), após o término da concessão, devido à ausência de pedágio, ambulância e guincho, e cobrou novo contrato com tarifa justa na licitação prevista para dezembro.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado celebrou os 37 anos de emancipação política do Município de Iuiu (BA) e relatou visita à cidade, onde se reuniu com a Prefeita Valdinha e lideranças locais. Ademais, destacou a força econômica do Município, recordou sua experiência pessoal no Vale do Iuiu e ressaltou sua parceria com a Prefeitura. Informou ainda ter participado de encontros em comunidades rurais, como Brejo Bezerra, Casa Armada I e Ponte Nova, onde ouviu produtores de leite que enfrentam dificuldades em razão do baixo preço pago pelo litro do produto, atualmente em R\$ 1,50. Por fim, parabenizou a Prefeita, o Vice-Prefeito, os Vereadores e a população local, ressaltando os esforços da bancada do Partido Social Democrático (PSD) local para o desenvolvimento do Município.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado criticou declarações do Presidente do União Brasil, Antonio Rueda, e do Presidente do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, que anunciaram mobilização de suas bancadas para impedir a tramitação e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 8, de 2025, que extingue a escala 6x1. Destacou que as manifestações dos referidos líderes partidários são contrárias aos avanços em favor dos trabalhadores e comparou a resistência atual à redução da jornada de trabalho à oposição histórica à abolição da escravidão e à instituição do salário mínimo. Por fim, defendeu o fim da escala 6x1 como conquista trabalhista relevante e declarou que a bancada do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) atuará unida para garantir a aprovação da proposta.

Marcelo Crivella (REPUBLICANOS - RJ) - O Deputado alertou para os impactos das mudanças climáticas e defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 2.457, de 2011, de sua autoria, que obriga responsáveis por áreas impermeabilizadas, tais como escolas, fábricas, igrejas, entre outros, a captar e armazenar, em reservatórios, toda a água da chuva incidente nesses espaços ao longo do ano. Sustentou ainda que a medida contribuirá para reduzir inundações nas cidades. Por fim, informou que a proposição já foi aprovada pelo Senado Federal e apelou à Comissão de Finanças e Tributação (CFT) para que inclua a matéria em pauta de modo a agilizar sua aprovação pela Câmara dos Deputados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Prof. Reginaldo Veras (PV - DF) - O Deputado criticou o Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, após reportagem da *Folha de S.Paulo* afirmar que o Governador defendeu a compra do Banco Master mesmo ciente dos riscos. Questionou ainda a conduta do Governador na gestão do Banco de Brasília (BRB), que fraudou a gestão financeira do Banco e agora tenta utilizar terrenos públicos para ressarcir os prejuízos causados. Sustentou também que o próprio Governador deveria arcar com os danos e manifestou apoio à atuação da Polícia Federal nas investigações, destacando o envolvimento de Parlamentares, Prefeitos, Governadores e Ministro do Supremo Tribunal Federal em seus relatórios. Ao final, alertou para possível acordo político que prejudique as apurações e reiterou que os culpados pelos crimes do Banco Master devem ser presos.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei (PL) nº 5.582, de 2025, encaminhado pelo Presidente Lula, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas no País (PL Antifacção), com o objetivo de fortalecer a Lei nº 12.850, de 2013 (Lei das Organizações Criminosas), sancionada pela ex-Presidenta Dilma Rousseff. Criticou ainda alterações promovidas na Câmara dos Deputados, que transformaram a proposta em “populismo penal” ao priorizar o aumento de penas, enfraquecer a integração do combate ao crime organizado, reduzir os recursos da Polícia Federal e do Fundo Nacional de Segurança Pública, além de diminuir a capacidade de coordenação do Ministério da Justiça. Sustentou também que o enfrentamento das facções exige ação articulada, com fortalecimento da investigação e produção de provas. Por fim, manifestou apoio às modificações aprovadas pelo Senado Federal, por restabelecerem instrumentos investigativos e ampliarem a capacidade de responsabilização de facções e milícias.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou o Governo Lula, ao afirmar que sua atuação se resume a “censura e imposto”. Relatou ainda debate realizado na Comissão do Esporte com a presença do Presidente do Clube de Regatas do Flamengo, Luiz Eduardo Baptista (Bap), do ex-jogador Zico, de atletas olímpicos e de representantes do Comitê Olímpico do Brasil (COB) e do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Ademais, sustentou que o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pretende ampliar a tributação sobre clubes esportivos, o que prejudicará entidades formadoras do esporte nacional. Por fim, destacou o aumento de tributos sobre produtos como refrigerantes, geladeiras e celulares, argumentando que a política fiscal encarece iniciativas voltadas ao esporte, à saúde e à educação.

José Rocha (UNIÃO - BA) - O Deputado alertou para a grave deterioração do prédio histórico da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde funcionou a tradicional Faculdade Federal de Medicina da Bahia, fundada em 1808 e considerada a primeira instituição de ensino superior do País. Registrou ainda a celebração dos 218 anos da instituição e o lançamento do movimento “SOS — Salve a Primeira Faculdade de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Medicina do Brasil”. Relatou também o desabamento do Pavilhão Barão de Itapoan e a interdição do Anfiteatro Alfredo Brito, com problemas estruturais diversos. Ademais, apelou ao Ministério da Educação (MEC), ao Ministério da Cultura e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para adoção de providências urgentes. Ao final, enalteceu a mobilização da reitoria da UFBA, da direção da Faculdade de Medicina e da Associação dos Ex-Alunos e Amigos da Faculdade de Medicina da Bahia/Memorial da Medicina Brasileira pela preservação do patrimônio histórico e informou sobre audiência com a Ministra da Cultura, Margareth Menezes, para tratar do tema.

Bruno Farias (AVANTE - MG) - O Deputado afirmou que a Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2024, que altera o § 12 do art. 198 da Constituição Federal, para determinar que o piso salarial dos enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e das parteiras refere-se a uma jornada máxima de trabalho de trinta horas semanais, completou um ano parada na CCJ do Senado Federal e criticou a ausência de votação da proposta. Declarou que a enfermagem reúne 3 milhões de profissionais, o equivalente a 2% do eleitorado, com potencial de impacto nas eleições de 2026. Convocou mobilização nacional para 17 de março, em Brasília (DF), e solicitou apoio de enfermeiros, técnicos, auxiliares, familiares e entidades sindicais, incluindo organização de greve. Também cobrou reajuste anual do piso da categoria e contestou a jornada de 44 horas vinculada ao piso. Informou, por fim, que buscaria o Supremo Tribunal Federal para tratar do tema.

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado destacou a trajetória da pesquisadora Tatiana Coelho de Sampaio, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, responsável pelo desenvolvimento da polilaminina, substância voltada à regeneração do sistema nervoso e ao tratamento de lesões medulares, com autorização da Anvisa para avanço da pesquisa. Afirmou que o caso demonstrou a capacidade científica do País, mas criticou cortes orçamentários que resultaram na perda da patente internacional da tecnologia, abrindo espaço para exploração externa e reduzindo o retorno econômico ao Brasil. Informou ainda que o episódio expôs a fragilidade do financiamento científico e reforçou a necessidade de políticas de Estado contínuas, com recursos estáveis para garantir inovação, soberania e desenvolvimento.

Emanuel Pinheiro Neto (MDB - MT) - O Deputado questionou o conceito de Estado mínimo ao citar o caso da pesquisadora Tatiana Sampaio e os avanços com a polilaminina, associando cortes orçamentários na ciência à perda de oportunidades para pacientes e ao atraso no desenvolvimento nacional. Afirmou que contingenciamentos atingiram áreas como pesquisa, Farmácia Popular e programas habitacionais e de transferência de renda, enquanto isenções fiscais e privatizações não foram revistas. Também mencionou fraudes bilionárias no sistema financeiro e no mercado de capitais para contestar a atribuição de problemas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

ao tamanho do Estado. Defendeu investimento contínuo em ciência, inovação e proteção de patentes, para evitar a exportação de tecnologia e promover desenvolvimento.

Delegado Paulo Bilynskyj (PL - SP) - O Deputado comentou a audiência de custódia de um homem de 33 anos acusado de matar a Irmã Nadia, religiosa com 55 anos de dedicação à vida religiosa. Relatou que o suspeito possuía antecedentes por roubo, porte ilegal de arma e violência doméstica, e que havia deixado a prisão em dezembro de 2025. Informou que o crime ocorreu após o acusado invadir um convento. Atribuiu a liberdade do investigado a políticas defendidas pela Esquerda, criticou medidas de ressocialização e afirmou que o baixo custo do crime no País contribuiu para a reincidência. Por fim, defendeu mudanças na condução da segurança pública e no enfrentamento à criminalidade.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada afirmou que o País acompanhou o julgamento, na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), do processo penal contra os acusados de serem mandantes do assassinato da Vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Declarou que o caso representou marco no enfrentamento à impunidade e destacou que o crime expôs a necessidade de fortalecimento das instituições democráticas. Informou também que o que esteve em jogo foi a confiança da população na Justiça e a garantia de que ninguém estaria acima da lei. Destacou que o STF cumpriu seu papel constitucional ao assegurar devido processo legal, ampla defesa e julgamento com base em provas, defendendo verdade e responsabilização.

Carlos Zarattini (PT - SP) - O Deputado manifestou pesar pelo falecimento do Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, ex-Comandante da Marinha do Brasil. Destacou a trajetória de mais de cinco décadas dedicadas às Forças Armadas e ressaltou sua atuação à frente da Marinha entre 2007 e 2015, período marcado pelo reposicionamento estratégico do País e pela defesa da Amazônia Azul. Além disso, citou a liderança do Almirante na consolidação do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), em parceria com a França, com construção de submarinos convencionais e transferência de tecnologia para o submarino de propulsão nuclear. Segundo o Parlamentar, a iniciativa representou avanço na autonomia tecnológica e na soberania nacional, e registrou solidariedade à família e à Marinha.

Clarissa Tércio (PP - PE) - A Deputada criticou desfile de carnaval, na Sapucaí, da escola Acadêmicos de Niterói, que homenageou o Presidente da República, e afirmou que houve uso de recursos públicos e campanha antecipada. Declarou que conservadores e evangélicos foram retratados de forma depreciativa durante a apresentação, o que considerou desrespeito a parcela significativa da população. Mencionou ainda a atuação de igrejas e comunidades terapêuticas e questionou como outras religiões seriam tratadas em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

situação semelhante. Afirmou, por fim, que o episódio marcou o debate público em ano eleitoral e disse que o resultado das urnas refletiria a reação desse segmento da sociedade.

Soldado Noelio (UNIÃO - CE) - O Deputado criticou o Governo do Ceará por descumprir a Lei Orgânica das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. Afirmou que a norma garantiu carreira com escalonamento salarial e escala de trabalho digna, mas relatou que policiais militares no Estado enfrentaram auxílio-alimentação inferior ao de outros servidores e jornadas consideradas excessivas, inclusive sem pagamento de horas extras. Declarou que Governadores estariam desrespeitando a legislação.

Luiz Carlos Haully (PODE - PR) - O Deputado apresentou voto de pesar pelo falecimento do médico Jackson Miguel Baduy, ocorrido em 21 de fevereiro, aos 76 anos, em Curitiba (PR). Solicitou registro nos Anais da Casa e destacou a trajetória do homenageado na saúde e no serviço público. Informou que Baduy foi Secretário de Estado da Saúde, dirigente regional, diretor médico da Assembleia Legislativa do Paraná e do Hospital Vita, atuando, nos últimos anos, no Instituto de Pesquisa do Grupo Vita. Afirmou ainda que o médico deixou legado de dedicação à medicina, à gestão pública e à pesquisa científica, além de manifestar solidariedade à esposa, filhos, netos e demais familiares.

Dandara (PT - MG) - A Deputada criticou decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que reconheceu como casamento a relação entre um adulto e uma menina de 12 anos. Afirmou que a medida contrariou a legislação que define como estupro de vulnerável qualquer relação sexual com menores de 14 anos e associou o caso ao ciclo de violência que atinge mulheres e meninas no País. Mencionou depoimento que indicou relação de poder econômico entre o adulto e a família da criança. Declarou também que decisões desse tipo contribuíram para a cultura de violência e cobrou responsabilização. Por fim, informou que o Ministério Público de Minas Gerais adotou providências.

General Girão (PL - RN) - O Deputado destacou a visita do Prefeito de São José do Campestre (RN), Eribaldo Lima, e do Deputado Estadual Coronel Azevedo, ressaltando a trajetória de parceria desde o início do mandato. Afirmou que a presença das lideranças era importante para discutir soluções e afirmou a necessidade de tirar o Estado do que chamou de “atoleiro”, destacando desafios administrativos e políticos enfrentados pelo Rio Grande do Norte.

Elisangela Araujo (PT - BA) - A Deputada homenageou os 69 anos da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Brasil (Ceplac), criada em 20 de fevereiro de 1957 com a missão de recuperar e expandir a lavoura cacaueira. Destacou que a Ceplac se tornou referência para milhares de famílias, oferecendo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

orientação técnica, apoio em crises sanitárias e fortalecendo a produção sustentável de cacau, especialmente na Bahia e no Pará. Ressaltou que, entre as décadas de 1960 e 1980, a produção brasileira cresceu mais de 300%, resultado de investimentos em pesquisa, melhoramento genético e assistência aos produtores. Por fim, afirmou que a instituição consolidou-se como centro de ciência, tecnologia e inovação, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou a participação do Presidente Lula em desfile da escola de samba Acadêmicos de Niterói, que afrontou conservadores, cristãos, evangélicos e católicos, e desrespeitou valores da família tradicional. Afirmou que o Governo falhou ao permitir a presença do Presidente sem controlar ou saber previamente o conteúdo do evento. Declarou ainda que, mesmo que Lula não fosse carnavalesco, deveria ter se posicionado ou pedido desculpas diante do ocorrido. Por fim, informou que o silêncio e elogio do Presidente à escola de samba indicaram desconsideração com parte do eleitorado conservador que o apoia.

Gabriel Nunes (PSD - BA) - O Deputado criticou a gestão pública municipal de Euclides da Cunha (BA) após o acidente que matou o gari Jardiel Silva de Jesus, conhecido como “Biel”, no dia 16 de fevereiro. Afirmou que o trabalhador era transportado de forma inadequada entre a boleia e a caçamba de um caminhão da limpeza urbana, conduzido por motorista sem CNH, e destacou que o Município não fornece condições dignas de trabalho. Lembrou ainda que casos similares já ocorreram e atribuiu o episódio à falta de preparo do Prefeito e da administração municipal. Prestou solidariedade à família de Jardiel e informou que seu grupo político, junto ao Ministério Público, acompanharia o caso para responsabilizar autoridades e evitar impunidade diante da morte trágica do trabalhador.

Luiz Carlos Busato (UNIÃO - RS) - O Deputado destacou a visita da Prefeita de Estrela (RS), Carine Schwingel, ao plenário da Câmara. Afirmou que a Prefeita é parceira do União Brasil e aproveitou a oportunidade para apresentá-la à Casa. Fez homenagem à gestora, elogiando sua atuação à frente do Município e ressaltando sua importância como liderança feminina no Rio Grande do Sul.

Erika Hilton (PSOL - SP) - A Deputada criticou decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que autorizou relação entre adulto e criança de 12 anos, tratando o ato como casamento. Afirmou que a medida representou legalização da pedofilia e expôs falhas do Estado na proteção infantil. Relembrou caso semelhante ocorrido há dois anos, em que um homem foi absolvido após se relacionar com uma menor grávida de 13 anos. Informou ainda que decisões como essas naturalizam violência sexual contra crianças e adolescentes e reforçam a necessidade de defesa da infância e da vida das mulheres. Por fim, relatou que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

acionou o Conselho Nacional de Justiça e destacou manifestações do Ministério Público, afirmando que continuará cobrando responsabilização e proteção legal para impedir a repetição de casos semelhantes.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado recebeu no plenário da Câmara Federal seu filho, Otoni de Paula Filho, Secretário da Secretaria Especial de Cidadania e Família da cidade do Rio de Janeiro. Destacou o orgulho pela trajetória do filho e agradeceu ao Chefe de Gabinete, Paulo Nascimento, pelo trabalho nos projetos sociais da Secretaria. Desejou sucesso à gestão de Otoni Filho e afirmou que a visita reforçou a importância das ações voltadas à cidadania e ao apoio às famílias na capital fluminense.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou discursos de partidos de Esquerda sobre violência contra crianças e mulheres, afirmando que, apesar de se posicionarem contra abusadores, esses mesmos grupos rejeitaram projetos de lei para aumentar penas para estupradores. Enumerou justificativas apresentadas por partidos como PSOL e PT contra o aumento de penalidades e questionou a coerência entre retórica e ação legislativa. Além disso, mencionou comentários sobre propostas que fariam brasileiros “trabalhar menos e ganhar o mesmo” e relatou conversa com uma comerciante sobre queda no consumo e aumento de impostos sobre bebidas. Por fim, defendeu liberdade econômica, redução de tributos e melhoria da renda do trabalhador, ressaltando que o salário mínimo brasileiro estava entre os mais baixos da região, em torno de US\$ 250 por mês, atrás de países como Chile e Equador.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou o uso de recursos públicos em campanhas eleitorais antecipadas no Rio de Janeiro, mencionando a participação do Presidente da República em escola de samba vinculada ao PT. Além disso, destacou a situação da infraestrutura em Mato Grosso, apontando que trechos da BR-158 enfrentavam cerca de quatro quilômetros de atoleiros e que obras como a BR-242 e a Ferrogrão ainda não estavam concluídas. Afirmou ainda que o crescimento da agricultura brasileira não poderia ser comemorado enquanto o Estado sofria com a paralisação de projetos estratégicos de transporte. Por fim, conclamou o Ministro responsável a destravar o desenvolvimento de Mato Grosso e garantir a conclusão das rodovias essenciais para escoamento da produção agrícola.

General Girão (PL - RN) - O Deputado denunciou irregularidades envolvendo autoridades da República, citando reuniões e viagens que teriam objetivo de organizar desvios de recursos públicos. Criticou o cancelamento do Decreto nº 12.600, que integrava o Programa Nacional de Desestatização e permitiria investimentos em hidrovias da Região Amazônica, como Madeira, Tocantins e Tapajós, essenciais para navegação e escoamento de produção. Afirmou ainda que ocupações e atos de depredação, atribuídos à empresa Cargill, teriam motivado a anulação do decreto. Relacionou o episódio com a repressão do 8 de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

janeiro, destacando a injustiça sofrida por mais de 1.600 pessoas. Por fim, defendeu o uso das hidrovias para reduzir custos e acidentes no transporte e repudiou ações contrárias à produção nacional e ao desenvolvimento regional.

Marussa Boldrin (MDB - GO) - A Deputada registrou a presença de representantes do Município de Caldas Novas (GO). Ressaltou que a visita ocorreu em data alusiva à conquista do voto feminino no Brasil, associando a presença do grupo à representatividade e à participação das mulheres na política e na economia.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou recursos públicos destinados à escola de samba Acadêmicos de Niterói (RJ) durante o carnaval no Rio de Janeiro. Afirmou que cerca de 10 milhões de reais teriam sido utilizados em apresentação com conteúdo político, que, segundo ele, atacou valores cristãos, a democracia e o Parlamento, além de configurar propaganda eleitoral antecipada. Também declarou que a Oposição acionaria o Tribunal Superior Eleitoral, a Procuradoria-Geral da República e o Tribunal de Contas da União para apuração dos fatos.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado lamentou a apresentação da escola de samba Acadêmicos de Niterói (RJ) no carnaval do Rio de Janeiro e afirmou que o desfile desrespeitou valores religiosos e a família tradicional. Também contestou narrativas sobre discriminação no País e defendeu a liberdade religiosa. Por fim, questionou a destinação de recursos públicos ao evento e levantou dúvidas sobre eventual promoção política, cobrando posicionamento da Justiça diante dos fatos relatados.

Magda Mofatto (PRD - GO) - A Deputada apresentou o Requerimento nº 714, de 2026, de sua autoria, com moção de aplauso à Polícia Militar do Estado de Goiás pela atuação em caso de sequestro em Caldas Novas (GO). Destacou o reconhecimento institucional da Câmara e mencionou o Tenente-Coronel Marcelo Dias de Mendonça entre os homenageados. Também citou ações do Governo de Goiás, sob liderança do Governador Ronaldo Caiado, e reafirmou compromisso com a valorização das forças de segurança pública.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que absolveu um homem acusado de manter relação com uma criança de 12 anos. Afirmou que o caso envolveu presunção de vulnerabilidade e contestou o entendimento adotado pela Corte após condenação em primeira instância. Também mencionou investigação envolvendo magistrado relacionado ao julgamento. Por fim, defendeu mobilização institucional para proteção da infância e declarou que crimes dessa natureza devem resultar em punição.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Juliana Cardoso (PT - SP) - A Deputada celebrou a revogação do Decreto nº 12.600, de 2025, que incluía trechos dos rios Tapajós, Madeira e Tocantins em programas de concessão. Parabenizou povos indígenas, ribeirinhos e movimentos sociais pela mobilização e destacou a decisão do Governo Federal, sob liderança do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como respeito à Constituição e à Convenção nº 169 da OIT, que prevê consulta prévia às comunidades afetadas.

Ivoneide Caetano (PT - BA) - A Deputada relatou participação em plenária realizada em Barreiras (BA) com representantes de cerca de vinte Municípios. Informou que o encontro abordou ações do seu mandato e entregas do Governo Federal, sob liderança do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Destacou a presença de lideranças regionais e o debate sobre prioridades envolvendo pescadores, agricultura familiar e agronegócio. Ao final, anunciou mobilização do movimento Mulheres Vivas em Lauro de Freitas (BA), com foco no enfrentamento à violência contra a mulher e ao feminicídio.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado registrou a presença de três Vereadoras do Estado do Paraná. Afirmou que as convidadas simbolizaram a atuação feminina na política local e ressaltou a importância da representatividade das mulheres nos espaços institucionais.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado afirmou que o Ministro Flávio Dino teria classificado como “lixo” uma investigação da Polícia Federal sobre supostos crimes envolvendo o Banco Master. Relatou denúncias de que o nome do Ministro estaria sendo citado em ameaças políticas no Maranhão, incluindo suposta pressão sobre o Governador Carlos Brandão para renúncia e eventual atuação do Superior Tribunal de Justiça. Também pediu que a assessoria do Supremo Tribunal Federal encaminhe as declarações ao Ministro, solicitando esclarecimento público sobre o uso de seu nome em disputas políticas no Estado.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado registrou a presença de lideranças municipais do interior fluminense. Saudou o Presidente da Câmara de Santo Antônio de Pádua (RJ), Renan do Rosi, além dos Vereadores Tiago Garnier e Baleia, de Santa Cruz. Também destacou o trabalho das autoridades locais e informou a destinação de recursos para o Município.

Silvio Antonio (PL - MA) - O Deputado protestou contra a decisão do Brasil de subscrever comunicado da Organização das Nações Unidas que condenou medidas do Governo de Israel na Cisjordânia. Defendeu que a relação entre Brasil e Israel ultrapassa a esfera diplomática e envolve fundamentos bíblicos e religiosos, destacando a ligação entre cristianismo e judaísmo. Também classificou Israel como a única democracia do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Oriente Médio e lamentou o fechamento da embaixada israelense desde junho de 2025, defendendo a retomada das relações diplomáticas.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado criticou o carnaval deste ano por suposta homenagem ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com uso de recursos públicos e reuniões no Palácio do Planalto. Lamentou a ausência de Vorcaro na CPMI do INSS, em razão de decisão do Supremo Tribunal Federal, e mencionou supostas conexões com lideranças do PT e Ministros da Corte, citando o Ministro Dias Toffoli. Por fim, fez críticas à composição do STF e classificou a situação como prejudicial ao País.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado defendeu os pescadores artesanais e destacou a importância do seguro-defeso, criado no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como instrumento de proteção à categoria durante o período de reprodução dos peixes. Reconheceu problemas no cadastro e casos de fraudes, mas afirmou que o Governo promove ajustes para garantir que o benefício chegue aos verdadeiros trabalhadores. Também denunciou dificuldades no acesso ao Gov.br e anunciou a articulação para criar a Frente Parlamentar em Defesa das Pescadoras e dos Pescadores Artesanais e Profissionais.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado criticou gastos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com cartão corporativo, ao mencionar o valor de R\$ 1,4 bilhão, e comparou com despesas do Governo anterior. Afirmou que há excessos na condução econômica e acusou o Governo de prejudicar trabalhadores. Também anunciou mobilização para o dia 1º de março com críticas também a ministros do Supremo Tribunal Federal, incluindo Alexandre de Moraes e Dias Toffoli.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado relatou visita a pescadores de Itaipava, no município de Itapemirim (ES), e afirmou que a categoria enfrenta dificuldades e autuações consideradas excessivas por parte do Ibama. Informou que há casos de embarcações avaliadas em até R\$ 400 mil que receberam multas de R\$ 1 milhão, além de problemas operacionais no sistema Preps, que estariam penalizando pescadores artesanais por falhas técnicas. Ao final, manifestou apoio à população pesqueira do Município e defendeu maior equilíbrio na fiscalização, para garantir condições de trabalho à categoria.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado classificou como um dos maiores escândalos da República as denúncias envolvendo o Banco Master, citando valores que ultrapassariam R\$ 44 bilhões. Afirmou que o caso alcança integrantes do Executivo, do Congresso e do Supremo Tribunal Federal, além de mencionar o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também defendeu a abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e informou que quase 300 assinaturas já teriam sido coletadas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Waldenor Pereira (PT - BA) - O Deputado registrou as comemorações de emancipação política de quatro Municípios baianos: Belo Campo (BA) e Abaíra (BA), que celebraram 64 anos no último dia 22, além de Iuiú (BA) e Caraíbas (BA), que completaram 37 anos nesta data. Destacou a programação cultural, religiosa e esportiva promovida nas cidades e cumprimentou prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e lideranças locais. Ao final, saudou as populações dos quatro municípios, ressaltando a importância histórica e política da emancipação para o desenvolvimento regional da Bahia.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou o chamado PL das Facções, que trancou a pauta da Câmara, e questionou a recondução do relator após sucessivas mudanças no texto. Afirmou que versões anteriores tentaram reduzir atribuições da Polícia Federal e alterar conceitos jurídicos, além de ampliar penas, o que, segundo ele, não enfrentaria o crime organizado, e declarou que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deveria vetar a proposta. Também defendeu a priorização da PEC da Segurança Pública, com integração entre forças federais, estaduais e municipais, foco em inteligência e combate financeiro às organizações criminosas.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado registrou a presença do Deputado Estadual Júlio Campos, destacando sua trajetória na vida pública. Afirmou que o convidado representa a história política de Mato Grosso e o classificou como referência no Estado. Por fim, saudou a visita e ressaltou que a Câmara permanece aberta às lideranças com trajetória consolidada na política mato-grossense.

Damião Feliciano (UNIÃO - PB) - O Deputado defendeu a necessidade de aprimorar o sistema de saúde no Brasil. Afirmou que o acesso a diagnóstico e tratamento ainda enfrenta obstáculos, especialmente para mulheres com câncer, que muitas vezes não conseguem realizar exames no tempo adequado e chegam ao atendimento com a doença em estágio avançado. Também destacou que o financiamento da saúde é elevado, mas sustentou que é preciso revisar a gestão nos âmbitos federal, estadual e municipal para garantir atendimento eficiente.

Arthur Oliveira Maia (UNIÃO - BA) - O Deputado denunciou situação de insegurança no Município de Prado (BA), relatando episódios de violência e alegando ausência de atuação efetiva da Polícia Militar. Citou caso recente em que duas turistas foram atingidas por disparos ao se dirigirem a uma praia e associou o cenário à atuação de grupos armados na região. Também criticou decreto federal que previa a criação de reserva indígena, afirmando que a falta de regulamentação teria contribuído para conflitos locais e sensação de desordem. Responsabilizou o Governo Estadual por omissão diante do quadro e cobrou providências do Governador e do Ministério da Justiça. Ao final, fez apelo por ações que garantam segurança e respeito aos direitos na região.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada criticou decisão judicial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais sobre caso de relação com menor de 12 anos, afirmando que o Código Penal, por meio do art. 217-A, não deixava margem para interpretações. Sustentou que a norma existia justamente para evitar relativizações e classificou a situação como grave. Argumentou que, ao afastar a aplicação literal da lei, decisões judiciais poderiam comprometer o Estado de Direito, substituindo regras gerais por entendimentos individuais. Também afirmou que, nesse caso, a responsabilidade não seria do Legislativo, mas da interpretação do Judiciário. Ao final, declarou que não deveria haver flexibilização em situações envolvendo crianças e criticou o que considerou tentativa de normalização de condutas ilícitas.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado comentou os impactos de chuvas na Baixada Fluminense e afirmou que os danos não poderiam ser atribuídos apenas a fatores naturais. Citou Municípios como Nova Iguaçu (RJ), São João de Meriti (RJ), Duque de Caxias (RJ), Mesquita (RJ) e Belford Roxo (RJ), relatando destruição de moradias e perda de bens por moradores. Argumentou que a recorrência de alagamentos e prejuízos estaria relacionada à ausência de políticas públicas e infraestrutura adequada ao longo dos anos. Por fim, criticou a atuação de autoridades, atribuindo responsabilidade à gestão pública pela situação enfrentada pela população da região.

Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado analisou o acordo comercial com a União Europeia (UE), defendendo debate aprofundado no Congresso. Afirmou que o tarifaço dos Estados Unidos estimulou o Brasil a buscar novos parceiros e avaliou que o cenário trouxe efeitos positivos ao comércio exterior. Em seguida, citou como prioridade a discussão sobre o fim da escala 6x1, apontando atraso do país em relação a outras nações. Na área tributária, ressaltou a ampliação da isenção do Imposto de Renda para quem recebia até R\$ 5 mil e a redução para faixas superiores, destacando impactos em cidades de porte médio, especialmente nos setores de comércio e serviços. Ao final, atribuiu essas medidas à condução do Governo Federal e afirmou que elas representariam um legado permanente de redistribuição de renda.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado afirmou que o país vivia um cenário de desordem institucional e criticou decisões do Judiciário, citando caso de absolvição envolvendo crime contra menor. Também mencionou episódio de conflito no Pará, relacionado à atuação de indígenas e impactos em infraestrutura, apontando suposto recuo do Governo e de empresa privada diante da situação. Avaliou que haveria fragilidade na segurança pública e nas instituições, caracterizando o momento como de instabilidade. Ao final, associou esse contexto ao cenário político e projetou derrota do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições de 2026.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado ressaltou julgamento em curso no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, ocorrido em 2018. Afirmou que o processo avançava com manifestações do Ministério Público e das defesas. Relatou presença de Parlamentares no STF e apontou indícios de articulação entre milícias e agentes públicos no Rio de Janeiro, mencionando envolvimento de autoridades e integrantes das forças de segurança. Sustentou que o caso evidenciava uma relação estrutural entre crime organizado e política no Estado, anterior ao crime e ainda persistente. Defendeu a responsabilização dos envolvidos, incluindo mandantes, e afirmou que o enfrentamento dessa relação seria necessário para garantir justiça e preservar valores republicanos.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado registrou a presença de Vereadores de Lucas do Rio Verde (MT) na Câmara dos Deputados, citando Nadir Jardim Santana, Josias Ferreira Lemes e Nelson Tanoue Hasegawa Junior. Destacou a importância da visita para que Parlamentares municipais conhecessem o funcionamento do Legislativo federal e sua atuação em políticas públicas. Também ressaltou o papel econômico do Município, apontando sua relevância no agronegócio e a perspectiva de se consolidar como importante polo logístico, com destaque para a implantação de estrutura ferroviária voltada à exportação de *commodities*. Ao final, deu boas-vindas aos visitantes e valorizou a integração entre diferentes níveis do Poder Legislativo.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado lamentou os impactos das chuvas na Baixada Fluminense, com destaque para Nova Iguaçu (RJ) e São João de Meriti (RJ), e afirmou que os alagamentos recorrentes resultavam da falta de prevenção. Relatou episódios recentes, incluindo a morte de uma idosa após inundação em sua residência, e descreveu situações de ruas tomadas pela água e moradores ilhados. Defendeu ações urgentes de dragagem de canais e limpeza de rios, citando diversos pontos críticos da região, além da retirada de entulhos acumulados em vias públicas. Informou ter encaminhado ofícios ao Governo do Estado e a órgãos ambientais solicitando providências. Também cobrou atuação das Prefeituras, sugerindo priorização de investimentos em infraestrutura e prevenção em vez de eventos festivos. Ao final, pediu reforço do programa Limpa Rio para reduzir riscos e proteger a população.

Silvio Antonio (PL - MA) - O Deputado voltou a relatar os impactos das chuvas na Baixada Fluminense, especialmente em Nova Iguaçu (RJ) e São João de Meriti (RJ), e destacou que os alagamentos recorrentes resultavam da ausência de ações preventivas. Informou ter solicitado a dragagem de canais e rios da região, listando diversos pontos críticos com assoreamento. Mencionou a morte de uma idosa durante inundação e descreveu situações de moradores ilhados após elevação do nível da água. Defendeu a limpeza periódica de canais, retirada de entulhos e atuação coordenada entre Governo Estadual e Municípios. Também cobrou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

mudança de prioridades das Prefeituras, com foco em infraestrutura urbana. Ao final, pediu reforço do programa Limpa Rio para reduzir riscos e preservar bens da população.

Murillo Gouvea (UNIÃO - RJ) - O Deputado destacou articulação entre seu gabinete, o Ministério da Saúde e o Hospital São José do Avaí para viabilizar a habilitação de cirurgias cardiovasculares pediátricas em Itaperuna (RJ). Informou que o processo avançou na esfera técnica e aguardava apenas a publicação de portaria ministerial para início das atividades. Ressaltou que a medida ampliará o atendimento especializado no norte e noroeste do Estado. Por fim, agradeceu ao Ministro da Saúde pelo apoio e afirmou que o serviço beneficiaria pacientes de diversas localidades, reduzindo a necessidade de deslocamentos para grandes centros.

Missionário José Olimpio (PL - SP) - O Deputado registrou a presença do Vereador Armando Castro, do Município de Cabreúva (SP), destacando sua atuação política e trajetória familiar ligada à vida pública. Ressaltou que o Parlamentar municipal esteve em Brasília (DF) em busca de recursos, especialmente para a área da saúde, e demonstrou confiança no êxito dessas articulações. Por fim, enfatizou a importância da atuação de Vereadores na captação de investimentos e no atendimento às demandas locais.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou gastos do Governo Federal, citando despesas com cartão corporativo e comparando valores com a gestão anterior. Mencionou declarações do Presidente da República sobre combate à fome e argumentou que haveria incoerência entre discurso e execução orçamentária. Também associou o aumento de impostos a essa política de gastos, citando impacto em produtos importados e eletrônicos. Defendeu maior austeridade na administração pública e criticou a condução fiscal do Governo, classificando os gastos como elevados. Por fim, reiterou posicionamento contrário à política econômica adotada e cobrou maior controle das despesas públicas.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado registrou a presença do Prefeito Itamar Bilibio, de Laguna Carapã (MS), em visita à Câmara dos Deputados, destacando a relevância do Município para o agronegócio, especialmente na produção de soja. Ressaltou o papel do setor como motor econômico local e estadual. Também mencionou a realização da tradicional festa “Pé de Soja Solteiro”, prevista para abril, que premia os maiores pés de soja da região. Além disso, valorizou a participação de autoridades municipais no Legislativo federal e enviou cumprimentos a lideranças locais, incluindo o Presidente da Câmara Municipal e Vereadores, reforçando a importância da articulação institucional em benefício do desenvolvimento regional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Delegada Ione (AVANTE - MG) - A Deputada lamentou as consequências das fortes chuvas na Zona da Mata mineira, que resultaram em 22 mortes, sendo 16 em Juiz de Fora (MG) e seis em Ubá (MG), com decretação de estado de calamidade pública. Destacou o impacto humano da tragédia, com famílias atingidas e perdas irreparáveis, e informou que retornaria à região para acompanhar a situação. Reconheceu a atuação de equipes da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, profissionais de saúde e voluntários no atendimento às vítimas. Também defendeu a necessidade de políticas estruturais de prevenção, incluindo investimentos em drenagem urbana, contenção de encostas, planejamento territorial e habitação segura. Por fim, afirmou que eventos climáticos extremos exigiam ação coordenada entre os entes federativos para reduzir riscos e evitar novas tragédias.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada abordou o julgamento dos mandantes do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, destacando o momento como marco de memória, justiça e responsabilidade institucional. Ressaltou o impacto político e simbólico do crime, ocorrido em 2018, e lembrou a atuação da Vereadora na defesa de direitos humanos, moradia e enfrentamento às milícias. Apontou a existência de articulação entre crime organizado e agentes públicos no Rio de Janeiro, afirmando que o domínio territorial por milícias atingia milhões de pessoas e produzia desigualdades econômicas. Defendeu a responsabilização dos envolvidos como resposta necessária à democracia e propôs ações coordenadas para enfrentar o avanço dessas organizações em diferentes Estados. Ao final, afirmou que o julgamento deveria representar um recado institucional contra a influência das milícias na política.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado avaliou os efeitos de medidas tarifárias dos Estados Unidos sobre a economia brasileira e afirmou que decisão da Suprema Corte norte-americana que considerou ilegal o chamado “tarifaço” reforçou a atuação do Governo Federal. Defendeu que a resposta diplomática adotada pelo Brasil priorizou diálogo e preservação de interesses econômicos. Também destacou indicadores econômicos, como crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), superávit da balança comercial, controle da inflação e aumento do emprego e da renda. Mencionou iniciativas de ampliação de parcerias internacionais, com viagens presidenciais e abertura de mercados. Por fim, citou o avanço do acordo entre Mercado Comum do Sul (Mercosul) e União Europeia (UE) como etapa relevante para inserção do país no comércio global e fortalecimento da economia.

Luciano Alves (PSD - PR) - O Deputado destacou a implementação de programa de saúde bucal em Foz do Iguaçu (PR), com oferta de implantes dentários para população de baixa renda. Atribuiu a iniciativa ao Governo Estadual e ressaltou o caráter inédito da ação no Município. Mencionou a participação de autoridades locais e estaduais, incluindo o Governador, o Secretário Municipal de saúde, o Prefeito e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Parlamentar da bancada, apontando atuação conjunta para viabilizar o projeto. Afirmou que a medida ampliaria o acesso a tratamentos odontológicos e representaria avanço na política pública de saúde. Ao final, associou a iniciativa ao modelo de gestão de seu partido e valorizou o impacto social da ação no atendimento à população.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado criticou a condução econômica e a situação da segurança pública no país, mencionando aumento do endividamento e elevada carga de pagamentos relacionados à dívida. Também afirmou que o cenário atual refletiria crescimento da violência e insegurança. Rebateu acusações dirigidas à oposição sobre apoio a medidas tarifárias internacionais, negando essa posição e alegando ter se manifestado contra tais iniciativas. Atribuiu responsabilidade por dificuldades econômicas e tensões externas ao Governo Federal e ao Judiciário. Ao final, reiterou críticas ao cenário político e econômico, classificando informações apresentadas por adversários como incorretas.

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado afirmou que havia mobilização social em apoio à redução da jornada de trabalho, com foco no fim da escala 6x1. Destacou que trabalhadores demandavam melhores condições e mais qualidade de vida, apontando adesão crescente de empresas a modelos alternativos, como a escala 5x2. Citou exemplos de redes comerciais e supermercados que passaram a adotar mudanças na organização do trabalho, incluindo fechamento aos domingos e reestruturação de jornadas. Explicou que essas iniciativas indicariam alinhamento entre setor privado e demandas sociais. Ao final, defendeu que a medida representaria avanço na proteção à saúde e ao bem-estar dos trabalhadores, associando o tema a padrões de uma sociedade com maior equilíbrio entre trabalho e vida pessoal.

Luiz Carlos Hauly (PODE - PR) - O Deputado manifestou solidariedade ao povo ucraniano e à comunidade ucraniana no Brasil, destacando sua contribuição histórica, especialmente no Paraná. Abordou os impactos da guerra iniciada em 2022, citando elevado número de vítimas, deslocamento de milhões de pessoas e destruição de infraestrutura, com efeitos humanitários e econômicos significativos. Solicitou o registro, nos Anais da Câmara, de carta de representante da comunidade ucraniana na América Latina, como documento de posicionamento e memória. Também criticou a atuação da liderança russa no conflito e mencionou relações diplomáticas envolvendo o Brasil. Ao final, defendeu reflexão sobre a política externa brasileira diante do cenário internacional.

Cleber Verde (MDB - MA) - O Deputado registrou a realização de audiência pública sobre a Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que trata do seguro-defeso para pescadores, destacando a importância de ajustar o texto para garantir o benefício aos trabalhadores que ficam impedidos de exercer a atividade



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

durante o período de defeso. Informou que o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, participou do debate, apresentando questões relacionadas a inconsistências no sistema e à necessidade de aperfeiçoamentos para assegurar justiça e regularidade na concessão do benefício aos pescadores.

Eduardo Velloso (UNIÃO - AC) - O Deputado registrou ação da Prefeitura de Tarauacá (AC) para levar atendimento médico e assistência social a 12 comunidades ribeirinhas ao longo do Rio Muru. Destacou as dificuldades de acesso enfrentadas pelas populações da região amazônica, especialmente em períodos de menor navegabilidade dos rios. Por fim, manifestou apoio à iniciativa e agradeceu ao Prefeito Rodrigo Damasceno pela realização da ação.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado criticou declarações de dirigentes partidários contrários à redução da jornada de trabalho no modelo 6x1, defendendo a mudança para garantir melhores condições de vida aos trabalhadores. Argumentou que resistências a direitos trabalhistas já ocorreram em outros momentos históricos, como na abolição da escravidão, na instituição da carteira assinada, das férias e do 13º salário. Também contestou justificativas econômicas apresentadas contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2025 e defendeu a votação da proposição ainda neste período legislativo.

André Ferreira (PL - PE) - O Deputado registrou a visita do Vereador Dhiego Serra, de Petrolina (PE), à Câmara dos Deputados, destacando ser sua primeira vez na Casa e ressaltando sua atuação como representante do PL no Município.

Enfermeira Rejane (PCdoB - RJ) - A Deputada destacou a data que marca a conquista do voto feminino no Brasil e relacionou o momento ao início de desdobramentos judiciais no caso Marielle, mencionando a violência política contra as mulheres. Também criticou decisão da Justiça de Minas Gerais que considerou legal a convivência de uma criança de 12 anos com um homem de 35 anos, classificando a situação como violência sexual e defendendo mobilização contra esse tipo de entendimento judicial.

Welter (PT - PR) - O Deputado manifestou solidariedade à população de Juiz de Fora (MG) em razão da catástrofe provocada pelas fortes chuvas, mencionando que o Presidente Lula entrou em contato com a Prefeita Margarida Salomão para prestar apoio. Também recordou apoio prestado anteriormente a Rio Bonito do Iguaçu, no Paraná, e defendeu a necessidade de políticas públicas eficazes para atendimento emergencial às vítimas de fenômenos climáticos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Carol Dartora (PT - PR) - A Deputada defendeu o fim da escala 6 por 1, argumentando que o modelo de trabalho compromete a saúde e a qualidade de vida da classe trabalhadora, e afirmou que a mudança representa um avanço civilizatório, devendo ocorrer com transição responsável e sem retirada de direitos ou prejuízo à Previdência. Também destacou a importância das políticas culturais, ao assumir a Presidência da Comissão de Cultura, comprometendo-se com a execução da Política Nacional Aldir Blanc e com a atualização do Plano Nacional de Cultura, com foco na ampliação do acesso e na transparência dos recursos.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado manifestou solidariedade às vítimas das fortes chuvas na Zona da Mata mineira, especialmente em Juiz de Fora (MG) e Ubá (MG), destacando o contato do Presidente Lula com a Prefeita Margarida Salomão e o apoio do Governo Federal. Também mencionou o início do julgamento sobre o rompimento da barragem em Brumadinho (MG), cobrando responsabilização das empresas envolvidas e a votação, no Senado, do projeto que tipifica o crime de ecocídio. Por fim, criticou decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que considerou consentida a relação entre uma criança de 12 anos e um homem de 35 anos, defendendo apuração rigorosa pelo Conselho Nacional de Justiça.

Vermelho (PP - PR) - O Deputado saudou Vereadores de diversas regiões do Brasil que visitavam a Câmara dos Deputados, com destaque para os representantes do Município de Realeza, no sudoeste do Paraná.

José Airton Félix Cirilo (PT - CE) - O Deputado, na condição de Secretário da Primeira Infância, Adolescência e Juventude da Câmara, manifestou protesto contra decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que concedeu liberdade a homem envolvido em relação conjugal com uma criança de 12 anos. Afirmou que a medida viola os direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, ressaltando que crianças não possuem capacidade de consentimento para esse tipo de relação. Por fim, classificou o caso como grave, defendeu a proteção integral da infância e registrou repúdio à decisão, associando-se às manifestações contrárias ao entendimento judicial.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado manifestou pesar pelo assassinato da irmã Nadia Gavanski, de 82 anos, ocorrido em Ivaí, no Paraná. Relatou que a religiosa, com 55 anos de dedicação à vida religiosa e ao atendimento de pessoas necessitadas, foi morta após a invasão de um convento, sendo agredida e asfixiada.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado destacou sua trajetória política no Sertão da Bahia e celebrou investimentos federais na região, como a duplicação da BR-116, mencionando a atuação dos Ministros Renan Filho e Rui Costa, além do apoio do Presidente Lula, e informando a destinação de recursos para a obra. Também ressaltou a implantação de um campus do Instituto Federal Baiano em seu Município, apontando a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

ampliação do acesso ao ensino superior como conquista para a população local. Defendeu ainda a priorização de pautas como segurança pública e o debate sobre o fim da escala 6 por 1, além da execução de programas habitacionais como o Minha Casa, Minha Vida, mencionando ações em Municípios ligados à sua atuação política.

Carla Dickson (UNIÃO - RN) - A Deputada criticou a realização do carnaval de 2026, associando o evento a abusos de poder político e econômico e informando ter acionado a Procuradoria-Geral Eleitoral sobre o caso. Também questionou gastos do Governo Federal, mencionando despesas com cartão corporativo, viagens da Primeira-Dama e a imposição de sigilo sobre informações. Apontou ainda problemas na área da saúde, como descarte de vacinas, aumento de doenças e negativa de imunizantes, além de criticar posicionamentos do Governo em relação à ciência e à comunidade evangélica, manifestando oposição às ações que atribui à gestão federal.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado criticou a situação da saúde pública no Pará, afirmando que houve piora nos últimos anos. Relatou que, no Município de Óbidos (PA), há um tomógrafo encaixotado há cerca de dois anos sem utilização, enquanto a população enfrenta dificuldades no atendimento hospitalar. Mencionou também problemas de infraestrutura na cidade e pediu providências para que o equipamento seja instalado, sugerindo inclusive a atuação do Ministério Público para garantir seu funcionamento.

Kim Kataguirí (UNIÃO - SP) - O Deputado comentou a investigação, pelo Conselho Nacional de Justiça, de um desembargador que havia relatado decisão que absolveu um acusado de manter relação sexual com menor de 13 anos e que agora responde a apurações por suposto abuso sexual. Criticou a possibilidade de aposentadoria compulsória como punição máxima e mencionou proposta de emenda constitucional, relatada por ele em 2019, que prevê a perda do cargo e da aposentadoria em casos disciplinares, mas que ainda não avançou na Câmara. Também informou a apresentação do Projeto de Lei nº 643, de 2026, para reforçar a presunção absoluta de estupro de vulnerável em casos envolvendo menores de 14 anos, independentemente de consentimento ou outras circunstâncias, e pediu apoio para a tramitação da matéria.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada destacou a necessidade de ampliar políticas públicas voltadas às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), mencionando que cerca de 2,4 milhões de brasileiros foram diagnosticados com a condição. Ressaltou a criação de Comissão Especial para discutir o Estatuto do Autismo e apontou desafios nas áreas da saúde, como demora no diagnóstico e acesso a terapias; da educação, com falta de capacitação de professores e de estrutura adequada; e do mercado de trabalho, onde ainda há baixa inclusão de adultos com TEA. Também mencionou a sobrecarga enfrentada pelas famílias e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

defendeu a destinação de emendas e a aprovação de propostas legislativas que fortaleçam a inclusão e garantam políticas públicas mais eficazes.

Aliel Machado (PV - PR) - O Deputado parabenizou o Prefeito Gerson por assumir a presidência da Associação dos Municípios dos Campos Gerais, destacando também a atuação dos demais gestores que compõem a diretoria e elogiando o trabalho realizado pela ex-presidente, a Prefeita Dayane Sovinski. Ressaltou a importância da entidade para o desenvolvimento regional dos Campos Gerais. Em seguida, celebrou a classificação do Operário Ferroviário Esporte Clube para a final do campeonato paranaense, enfatizando a relevância histórica do clube para Ponta Grossa (PR) e mencionando a gestão atual como fator de fortalecimento da equipe, além de convocar a torcida para a decisão.

Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) - A Deputada criticou a gestão do Governador Tarcísio de Freitas no Estado de São Paulo, especialmente em relação às políticas voltadas à educação. Posicionou-se contra o Projeto de Lei nº 1.316, de 2025, enviado pelo Governo Estadual, classificando-o como uma reforma administrativa que altera diversas normas e impacta direitos de servidores públicos, como critérios de remoção, recesso escolar, progressão na carreira, avaliação de desempenho e atribuição de aulas. Mencionou também mobilizações de profissionais da segurança e da educação, defendeu a valorização do magistério e afirmou que atuará, junto a outros Parlamentares e movimentos sociais, para barrar a proposta, além de pedir a criminalização do descumprimento do piso nacional do magistério.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada abordou a violência contra mulheres e crianças no Brasil, criticando decisões judiciais que, segundo ela, relativizam a proteção legal em casos de estupro de vulnerável. Citou como exemplo decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais envolvendo criança de 12 anos e mencionou entendimento semelhante atribuído ao Superior Tribunal de Justiça. Informou que seu partido ingressou com ação no Supremo Tribunal Federal e que também busca providências junto ao Conselho Nacional de Justiça. Defendeu, por fim, a aplicação estrita do art. 217-A do Código Penal, que tipifica o estupro de vulnerável para menores de 14 anos, e ressaltou a necessidade de combater a violência de gênero e o feminicídio, mencionando ainda dados recentes do Rio Grande do Sul e a importância de preservar os direitos de mulheres e crianças.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado relatou audiência com o Governador Jerônimo Rodrigues durante o carnaval de Salvador (BA), quando foi apresentado balanço das ações de segurança pública realizadas no evento, destacando a atuação da Polícia Militar e da Polícia Civil diante do grande fluxo de foliões e turistas. Informou também que tratou de demandas do Município de Guanambi (BA), especialmente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

a ampliação do Hospital Regional, que atende 38 cidades, com previsão de investimento de 77 milhões de reais pelo Governo Estadual. Além disso, mencionou proposta para construção de uma nova rodoviária na cidade, com possibilidade de destinação de recursos por meio de emendas parlamentares, diante do crescimento populacional e da necessidade de modernização da estrutura existente.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada registrou homenagem aos rotarianos pela celebração do Dia do Rotariano, em 23 de fevereiro, data que remete ao Dia do Rotary International. Em seguida, destacou a presença centenária da instituição no Brasil e ressaltou o lema de serviço voluntário adotado por seus integrantes. Ressaltou que os rotarianos atuaram em ações de combate à fome, apoio à educação e enfrentamento à discriminação contra mulheres, além de colaborar com políticas públicas. Ao finalizar, afirmou que a organização consolidou credibilidade e desempenhou papel relevante no apoio às comunidades em diversas regiões do País.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado dirigiu-se aos agentes de saúde e de combate às endemias para reconhecer a atuação na linha de frente da atenção básica. Ademais, destacou o trabalho de prevenção realizado nos territórios, com acompanhamento de gestantes, idosos e pacientes crônicos, além do enfrentamento a doenças como a dengue. Também afirmou que defendeu no Congresso pautas como valorização salarial, segurança jurídica e melhores condições de trabalho da categoria. Ao concluir, anunciou a destinação de 15 milhões de reais em emendas para aquisição de bicicletas e motos a todos os Municípios do Espírito Santo, com foco em ampliar mobilidade e eficiência no atendimento às comunidades.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado denunciou o avanço da violência contra a mulher e dos casos de feminicídio no País, com destaque para o Maranhão. Também apresentou dados da Adepol que indicaram 69 feminicídios em 2024 e 51 em 2025, além de aumento nas tentativas, que passaram de 87 para 135 registros. Ademais, defendeu o uso do canal 180 para denúncias, cobrou agravamento de medidas contra agressores e lembrou que o Congresso elevou a pena máxima para feminicídio. Também pediu o fortalecimento de estruturas como a Casa da Mulher Brasileira, além de delegacias acessíveis e humanizadas.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado destacou a presença de lideranças municipais do Rio Grande do Sul e defendeu a valorização de gestores locais que são referência de atuação política. Citou Renato Silveira e Fabricio Zambra, respectivamente Vice-Prefeito e Secretário de Segurança de Capão da Canoa (RS); David Luciano Rosa de Moura e Cristiano Evaldo Keller, Vice-Prefeito e Vereador de Paverama (RS); e Maxwell de Matos, Vereador de Igrejinha (RS). Por fim, afirmou que representantes comprometidos com suas cidades



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

contribuíram para fortalecer a política gaúcha e servir de exemplo ao País, ressaltando o papel do municipalismo na construção de resultados.

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado denunciou a situação da educação no Amazonas, mesmo após avanços no Fundeb e reajustes para merenda e transporte escolar fluvial. Também relatou falta de professores e de alimentação nas escolas, unidades interditadas por problemas sanitários em Municípios como Ipixuna (AM) e Guajará (AM), além de precariedade estrutural em Manaus (AM). Diante disso, anunciou que acionará órgãos de controle e cobrou intervenção do Ministério da Educação. Ademais, criticou o Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre (DNIT) pelo abandono de portos e infraestrutura hidroviária no Estado e alertou para falhas no atendimento à saúde indígena, com comunidades sem saneamento e água potável, apesar do orçamento destinado ao setor.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado registrou a visita de lideranças do Município de Alegre (ES), ao Congresso Nacional. Citou a presença do Prefeito Nirrô, do Presidente da Câmara Municipal, Willian Bestete, e do Vereador Serginho Ridolphio, que cumpriram agendas em gabinetes da Câmara e do Senado em busca de recursos para a cidade. Destacou ainda que o Prefeito esteve em Brasília mesmo no dia do aniversário para tratar de investimentos para a região. Concluiu afirmando que seu mandato, em parceria com o Deputado Messias Donato, seguirá voltado ao apoio aos Municípios e ao fortalecimento das administrações locais.

Paulo Magalhães (PSD - BA) - O Deputado exaltou a relação entre a Bahia e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, destacando agendas recentes no Estado. Lembrou que, em duas semanas, o Chefe do Poder Executivo esteve duas vezes na Bahia, anunciando 300 milhões de reais em obras e participando do carnaval. Também elogiou a atuação do Governador Jerônimo Rodrigues e do Ministro Rui Costa, associando a gestão estadual a avanços e alinhamento com o Governo Federal. Por fim, avaliou que as manifestações populares durante o carnaval representaram reconhecimento político e confiança no projeto em curso no Estado.

Defensor Stélio Dener (REPUBLICANOS - RR) - O Deputado registrou o Dia do Corredor, celebrado em 24 de fevereiro em Boa Vista (RR), e homenageou praticantes da corrida de rua em todo o País. Além disso, destacou a aprovação da Lei Municipal nº 2.703, de 2025, que prestou tributo a José Francisco Gomes, conhecido como Ferrinho, falecido durante a prática esportiva. Também mencionou outros brasileiros que perderam a vida enquanto participavam da modalidade. Ao concluir, ressaltou o crescimento da corrida de rua no Brasil e reconheceu o papel do esporte na promoção da saúde física e mental.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada celebrou a conquista do voto feminino no Brasil, instituído em 1932, e ressaltou a mobilização histórica de mulheres como Bertha Lutz. Também destacou avanços em políticas públicas para mulheres nos Governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mencionando a atuação de Ministras como Márcia Lopes e Gleisi Hoffmann. Em seguida, defendeu igualdade salarial, combate ao feminicídio e maior representação feminina no Parlamento. Ademais, manifestou solidariedade às vítimas das chuvas em Minas Gerais, especialmente em Juiz de Fora (MG), e citou apoio do Governo Federal às ações de assistência e reconstrução.

Allan Garcês (PP - MA) - O Deputado informou que o Senado votaria um projeto sobre o exame de proficiência médica, e lembrou que também havia apresentado proposta sobre o mesmo tema na Câmara. Em seguida, afirmou que a medida buscou assegurar qualidade na formação e no registro profissional junto aos Conselhos Regionais de Medicina. Também criticou decisão judicial que autorizou um casamento envolvendo homem de 35 anos e menina de 12, apontando riscos de gestação precoce e implicações para a saúde da adolescente. Ademais, comunicou a aprovação de requerimento de repúdio ao Presidente da República e a uma escola de samba por conteúdo apresentado no carnaval, que atingiu valores cristãos.

Mauricio Marcon (PL - RS) - O Deputado criticou a condução econômica do Governo Federal ao afirmar que a gestão ampliou impostos sobre mais de 1.200 produtos e previu aumento na arrecadação de 14 bilhões de reais. Também questionou o impacto das medidas sobre consumidores e indústria, inclusive maquinário produtivo, e contestou a destinação dos recursos. Além disso, mencionou gastos públicos relacionados ao carnaval na Sapucaí e cobrou investigações sobre o caso do Banco Master. Citou ainda o Ministro Dias Toffoli ao tratar de suspeitas e indicou inconformismo com a atuação de integrantes do Governo Federal. Ao finalizar, avaliou que a atual administração priorizou aumento de tributos e criticou a condução política do País.

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada destacou a importância histórica da conquista do voto feminino no Brasil, garantido em 1932 durante o governo de Getúlio Vargas. Ressaltou que a participação das mulheres na política resultou de mobilização e enfrentamento para assegurar o direito de escolher representantes e influenciar decisões nacionais. Ademais, enfatizou que, embora sejam maioria do eleitorado, as mulheres ainda precisam ampliar presença nos espaços de poder. Defendeu também que o voto representa instrumento de transformação e exercício de cidadania. Ao concluir, incentivou maior engajamento feminino na política e afirmou que homens e mulheres podem atuar juntos na construção de um País mais representativo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Paulo Litro (PSD - PR) - O Deputado registrou a presença de lideranças municipais do sudoeste do Paraná na Câmara dos Deputados. Destacou a visita do Prefeito Volmar e do Vice-Prefeito Nilmar, de Salgado Filho (PR), além do Prefeito Paulinho e do Presidente da Câmara Municipal, Marcinho, de Pinhal de São Bento (PR). Ressaltou que os gestores foram reeleitos e conduziram administrações com obras consideradas relevantes para a região. Mencionou também a articulação de recursos junto ao Governo Federal e ao Governo do Estado, sob a gestão do Governador Ratinho Jr., com apoio do mandato parlamentar. Enfatizou a importância da parceria institucional para fortalecer Municípios produtivos e impulsionar o desenvolvimento regional.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado celebrou os 94 anos do voto feminino e apontou a sub-representação das mulheres nos espaços de poder, inclusive no Congresso, defendendo uma maior participação feminina na política. Também defendeu o fim da escala 6 por 1 e cobrou mobilização da sociedade para pressionar o Parlamento pela mudança na legislação trabalhista. Afirmou que a maioria da população apoiava a proposta e classificou a medida como avanço para a classe trabalhadora. Ademais, rebateu críticas ao Presidente Lula e declarou apoio ao Governo Federal, destacando ações de reconstrução nacional, fortalecimento da democracia e retomada de políticas públicas. Finalizou sustentando que o projeto político atual teria continuidade após 2026.

Patrus Ananias (PT - MG) - O Deputado relacionou o debate sobre a redução da jornada de trabalho à história social brasileira e criticou argumentos contrários apresentados por setores empresariais e da imprensa. Recordou que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão e citou a resistência histórica à ampliação de direitos trabalhistas, mencionando a criação da CLT em 1943 e a exclusão inicial dos trabalhadores rurais. Nesse sentido, defendeu a adoção da escala 5 por 2, com 40 horas semanais, como medida para garantir mais dignidade, convívio familiar e oportunidades de qualificação. Afirmou que a mudança poderia elevar a produtividade e reduzir desigualdades. Ao concluir, prestou homenagem aos servidores da Casa.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada denunciou a escalada de feminicídios no Rio Grande do Sul e cobrou responsabilidade do Estado diante de falhas na rede de proteção. Relatou casos recentes de mulheres assassinadas, mesmo após ameaças, registros policiais e pedidos de medidas protetivas, algumas negadas ou concedidas tardiamente. Também criticou o fechamento de Delegacias da Mulher, a falta de estrutura especializada e a baixa utilização de tornozeleiras eletrônicas para agressores. Além disso, informou que a Comissão Externa sobre os Feminicídios ocorridos no Rio Grande do Sul aprovou relatório parcial com 95 medidas dirigidas ao Governo Federal, ao Governo Estadual, ao Judiciário e ao Legislativo. Por fim, defendeu orçamento para a Lei Maria da Penha e prioridade absoluta à vida das mulheres.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado fez um apelo ao Governo Federal, especialmente ao Vice-Presidente da República, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, à Embaixada do Brasil e ao sistema de relação de comércio exterior, para intensificar o diálogo e as negociações diante da taxação incidente sobre o calçado brasileiro, com impacto relevante sobre a produção do Rio Grande do Sul. Assinalou que os setores madeireiro e de couro calçadista figuram entre os mais prejudicados e afirmou que a manutenção de alíquota de 10% comprometerá a competitividade, os empregos e a renda no Rio Grande do Sul. Ademais, reconheceu esforços já empreendidos do Ministro Geraldo Alkmin, ressaltou que a Abicalçados também tem trabalhado nisso, mas informou que as medidas ainda não são suficientes. Além disso, alertou para o risco de fechamento de empresas, desemprego e retração econômica regional, bem como para os reflexos sociais nas famílias afetadas. Por fim, reiterou a necessidade de apoio governamental para preservar a indústria do calçado, cuja origem no Brasil remete ao Rio Grande do Sul, e para assegurar a continuidade das atividades produtivas e a proteção de empregos e renda.

Osmar Terra (PL - RS) - O Deputado relatou a paralisação da John Deere, a maior fábrica de colheitadeiras agrícolas do Brasil, localizada em Horizontina, no Rio Grande do Sul. Atribuiu a situação ao cenário de crise e instabilidade causados pela política econômica do Governo Lula, com elevação da taxa de juros e ausência de medidas de estímulo ao agronegócio, o que reduziu o acesso a financiamentos e comprometeu a aquisição de máquinas pelos agricultores. Além disso, alertou para a previsão de demissão de quase mil trabalhadores a partir de abril, caso não haja solução para as condições de crédito e financiamento do setor. Por fim, reiterou a gravidade dos impactos econômicos e sociais decorrentes da política econômica do Governo Lula.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada criticou decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que absolveu, sob a justificativa de existência de relação conjugal, um homem de 35 anos processado por estupro de uma menina de 12 anos, e afirmou que o entendimento contrariou a Lei nº 13.811, de 2019, que veda o casamento infantil, bem como o art. 217-A do Código Penal, que tipifica o estupro de vulnerável em casos envolvendo menores de 14 anos. Sustentou que a decisão gerou repercussão nacional, num País que vive um contexto de violência contra mulheres e crianças, marcado por elevados índices de feminicídio e por práticas de misoginia e machismo. Além disso, lembrou que a Câmara que hoje critica a decisão é a mesma que aprovou a urgência ao PL 1.904/2024 (PL do Estupro), argumentando que a proposta obrigava meninas vítimas de estupro a manter a gestação decorrente da violência. Outrossim, informou que acionou a Procuradoria-Geral da República para desfazer a decisão do Tribunal de Minas Gerais e para provocar o Supremo Tribunal Federal a rever todas as decisões similares e uniformizar o entendimento de que não há exceção à legislação no caso de estupro de vulnerável. Por fim, afirmou que as leis devem ser obedecidas por todas as instituições e reiterou que crianças devem ser protegidas contra qualquer forma de violência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado afirmou que o Brasil vive cenário de distopia política e jurídica e criticou a política assistencial do Governo Lula, ao sustentar que programas de transferência de renda ampliaram a dependência da população em relação ao Estado. Declarou que, em Estados das Regiões Norte e Nordeste, o número de beneficiários do Bolsa Família supera o de trabalhadores com emprego formal, e mencionou benefícios como vale-gás, vale-luz e Pé-de-Meia, argumentando que a ampliação desses programas aumentou a dependência social. Além disso, associou o crescimento do Bolsa Família e de outros auxílios à elevação de despesas públicas e questionou a sustentabilidade dessas políticas, defendendo que o Estado deveria priorizar emprego e educação como instrumentos de ascensão social. Ainda, sustentou que a manutenção prolongada de benefícios pode influenciar o processo eleitoral e informou ter apresentado proposta de emenda à Constituição para impedir o voto de pessoas que recebem auxílio governamental por mais de 2 anos. Por fim, manifestou posicionamento contrário ao modelo de assistência adotado e declarou apoio a Flávio Bolsonaro nas próximas eleições.

Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL - SP) - O Deputado alertou para a necessidade de aprovação de Projeto Antifacção (PL nº 5.582/2025), sustentando que a expansão de facções criminosas pode levar o Brasil a cenário semelhante ao do México, onde cartéis têm comprometido a legitimidade das instituições e a efetividade das forças de segurança. Argumentou que o não enfrentamento dessas organizações em estágio inicial favorece a consolidação de estruturas criminosas de maior poder, com domínio territorial e domínio sobre os Poderes da República. Além disso, destacou que a proposta possui relevância suprapartidária e defendeu voto favorável de toda a Câmara dos Deputados. Por fim, apelou à mobilização parlamentar para fortalecer o combate às facções e preservar a ordem institucional.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado relatou audiência realizada no âmbito de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) destinada a investigar descontos e desvios envolvendo aposentados e pensionistas do INSS, na qual foi apurado que cerca de 160 milhões de reais transitaram pela conta de uma mulher de menos de 30 anos de idade. Afirmou ser o primeiro Parlamentar a propor a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o tema, posteriormente convertida na referida CPMI, com o objetivo de apurar responsabilidades e buscar ressarcimento aos aposentados, pensionistas e pessoas com deficiência. Além disso, declarou que as investigações estão identificando e prendendo envolvidos que roubaram bilhões de reais, e destacou que todos os quase vinte presos são integrantes do Partido dos Trabalhadores. Ademais, registrou que alguns beneficiários já estão recebendo restituições parciais, mas defendeu aprofundamento das apurações para assegurar a devolução integral dos valores. Por fim, agradeceu a apoiadores no Estado de Rondônia e reafirmou compromisso com a defesa dos aposentados e pensionistas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado alertou para o aumento dos casos de feminicídio no Brasil e mencionou que houve 80 vítimas no Rio Grande do Sul e cerca de 1,5 mil casos no País em 2025, além de 15 mil registros na última década, com destaque para São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Sustentou que a violência doméstica exige enfrentamento efetivo e que pedidos de socorro não podem ser ignorados. Ademais, informou a apresentação do Projeto de Lei nº 200, de 2026, para determinar que, sempre que houver medida protetiva concedida pelo Judiciário, seja imposta de imediato a utilização de tornozeleira eletrônica ao agressor, integrada a sistema de monitoramento conectado à polícia e à vítima, com envio de alerta em caso de aproximação. Ainda, argumentou que a medida teria caráter preventivo, ao inibir novas agressões e evitar a consumação do feminicídio, e defendeu atuação firme do Estado e da sociedade para interromper ciclos de violência desde os primeiros sinais. Por fim, enfatizou que a prevenção constitui instrumento central para reduzir mortes de mulheres.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado manifestou preocupação com o início da vigência da nova reforma tributária e seus possíveis impactos sobre Estados e Municípios, especialmente aqueles com menor população e baixa arrecadação, como Mato Grosso e diversos entes do Nordeste. Argumentou que a centralização de receitas poderá comprometer a autonomia financeira municipal, ao sustentar que o fundo de compensação anunciado poderá não se concretizar, a exemplo do que ocorreu com a Lei Kandir e o Fundo de Apoio às Exportações (FEX), que acabaram por não assegurar repasses regulares aos Estados exportadores. Além disso, alertou que a queda de receitas afetará o pagamento de despesas correntes e impedirá a execução de emendas parlamentares nos Municípios. Ademais, assinalou que, apesar dos recordes de arrecadação federal, Estados enfrentam dificuldades para investimentos em infraestrutura, citando problemas vividos do Mato Grosso. Por fim, criticou entraves administrativos e exigências que contrariam a lei criados pelo Ibama e pela Funai do Governo do PT e protegidos pelo STF, e defendeu revisão de normas infralegais que limitam o desenvolvimento regional e nacional.

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado registrou a presença do Prefeito em exercício, do Presidente da Câmara de Vereadores e do Secretário de Gestão e Presidente do Partido Progressistas do Município de Caçapava do Sul (RS). Anunciou a destinação de 1 milhão de reais ao Município para investimentos na área da saúde e informou que, no orçamento anterior, também foram destinados 1 milhão de reais por meio de emendas parlamentares. Por fim, reconheceu a gestão municipal e ressaltou a relevância da atuação dos gestores locais na captação de recursos junto à Câmara dos Deputados, destacando que a articulação institucional contribui para a melhoria da qualidade de vida e da dignidade da população.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado relatou reunião realizada na Casa da Indústria de Rondonópolis (MT), com representantes de entidades industriais e empresariais, como a Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (Fiemt), sindicatos patronais e associações comerciais, para discutir o andamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 8, de 2025, que propõe o fim da escala 6 por 1. Informou que o setor produtivo manifestou preocupação com a ausência de estudos técnicos apresentados pelo Governo ou pelos autores da proposta e argumentou que a redução da jornada elevará os custos de produção e os preços de bens e serviços e afetará o poder de compra da população. Além disso, questionou os efeitos da medida sobre trabalhadores remunerados por comissão ou produtividade e indagou como será mantida a renda nesses casos. Por fim, criticou o fato de a PEC se tratar de uma proposta populista e sem base técnica do Presidente e afirmou que o setor produtivo defende debate aprofundado antes de qualquer alteração nas regras trabalhistas.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado repercutiu evento realizado no Município de Cariacica (ES), promovido pela União de Mocidades das Assembleias de Deus no Estado do Espírito Santo (Umades), sob a condução do Presidente da Umades, Evangelista Tiago Vidal, que reuniu cerca de 6 mil jovens para atividades religiosas. Ressaltou que o encontro contou com a presença de diversas personalidades, entre elas o Prefeito Euclério Sampaio. Além disso, registrou a celebração do aniversário de 93 anos do pastor Arnaldo Candeias, Presidente da Convenção das Assembleias de Deus no Estado do Espírito Santo (Cadeeso), ocasião que reuniu pastores e autoridades do Estado. Por fim, transmitiu cumprimentos ao aniversariante.

Bacelar (PV - BA) - O Deputado destacou missão oficial à Ásia liderada pelo Presidente Lula, durante a qual o Governador da Bahia firmou parcerias com empresas da Índia e da Coreia do Sul para viabilizar transferência de tecnologia e produção de medicamentos de alta complexidade no Estado. Informou que a iniciativa permitirá à Bahiafarma fabricar fármacos voltados ao tratamento de câncer e doenças raras, com redução da dependência de importações e diminuição de custos para o Sistema Único de Saúde (SUS). Ademais, afirmou que a medida ampliará o acesso da população a terapias avançadas e fortalecerá a soberania sanitária nacional. Ainda, sustentou que o projeto impulsionará o desenvolvimento econômico regional, com geração de empregos qualificados, capacitação profissional, estímulo à pesquisa científica e fortalecimento do parque industrial. Por fim, ressaltou que a estratégia posicionará a Bahia como polo farmacêutico e biotecnológico de referência nacional, integrando saúde pública, inovação e desenvolvimento social.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado destacou a Campanha da Fraternidade promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cujo tema foi *Fraternidade e moradia*, e afirmou que a iniciativa trouxe



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

reflexão sobre o déficit habitacional e a importância da moradia para a dignidade das famílias. Sustentou que políticas habitacionais também impulsionam a construção civil, a geração de emprego e a economia. Além disso, mencionou a retomada do Programa Minha Casa, Minha Vida pelo Governo Lula, em substituição ao Casa Verde e Amarela do Governo anterior, e afirmou que o programa tem ampliado o acesso à habitação, inclusive com a entrega de dez mil moradias no Rio Grande do Sul. Por fim, associou a política pública de habitação à promoção de dignidade social e desenvolvimento econômico e elogiou a CNBB pela escolha do tema.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado destacou a gravidade da declaração feita pelo advogado Cleber Lopes durante a defesa do ex-Deputado Chiquinho Brazão no julgamento dos mandantes do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes. Informou que a declaração de que *"Quem faz política no Rio de Janeiro e nunca pediu voto para traficante ou miliciano que atire a primeira pedra"* é uma generalização falsa que atinge a instituição política como um todo e desconsidera a atuação de agentes públicos comprometidos com o interesse público. Ademais, reconheceu a existência de problemas políticos, estruturais e de articulações criminosas no Estado, inclusive relacionadas a interesses econômicos e territoriais, mas afirmou que não se pode atribuir conduta ilícita a todos os que exercem mandato ou atividade política. Por fim, reiterou a rejeição à declaração e defendeu a preservação da legitimidade da atividade política.

Paulão (PT - AL) - O Deputado informou que o Governo Federal realizará a 16ª Caravana Federativa em Maceió (AL), com o objetivo de apresentar programas federais, dialogar com Prefeitos, Vereadores e sociedade civil e fortalecer a cooperação com Estados e Municípios. Destacou que a iniciativa permitirá a apresentação de ações governamentais e a escuta de demandas locais, especialmente em um Estado com forte dependência de repasses federais. Além disso, relatou participação na 1ª Feira Uniprópolis — Sabores, Saúde e Sustentabilidade da Apicultura e Meliponicultura Alagoana e enfatizou a relevância econômica e ambiental da cadeia produtiva do mel e da própolis vermelha, esta última com alto valor agregado e forte mercado consumidor internacional. Por fim, associou a política de integração federativa ao estímulo ao desenvolvimento regional, à sustentabilidade ambiental e à geração de renda no setor apícola e ressaltou a importância da pesquisa científica desenvolvida por universidades na valorização da produção local.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada anunciou a retomada da votação do Projeto de Lei Antifacção (PL nº 5.582/2025) associando-o ao combate ao crime organizado e à impunidade. Além disso, afirmou que o maior problema do País é a impunidade, e que o Congresso Nacional deveria priorizar a apuração de denúncias envolvendo recursos públicos, destacando as CPMIs do INSS e do Banco Master. Ademais, relatou que apresentou lista para prorrogação da CPMI do INSS ao Líder do Governo, ao Deputado Paulo Pimenta e a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

outro Deputado do PT, e eles se recusaram a assiná-la, ressaltando que tal atitude contraria a narrativa do partido de defesa do aposentado e do pobre. Ainda, destacou que, por haver tanta personalidade dos Três Poderes envolvida, está havendo a tentativa de abafar o caso e não se instalar a CPMI do Banco Master. Por fim, convidou novamente o PT para assinar a prorrogação da CPMI do INSS e relatou que solicitou aos Presidentes da Câmara e do Senado a adoção de providências para garantir a instalação da CPMI do Banco Master e a continuidade da CPMI do INSS.

Lincoln Portela (PL - MG) - O Deputado manifestou-se sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, ressaltando a estruturação da Polícia Penal e da Guarda Municipal no âmbito do art. 144 da Constituição Federal. Defendeu a necessidade de previsão específica para a Polícia Penal, a fim de viabilizar a edição de uma lei orgânica nacional que estabeleça normas gerais e uniformize o tratamento da categoria nos Estados, garantindo melhores condições de trabalho e segurança institucional diante do enfrentamento ao crime organizado. Além disso, sustentou que a Guarda Municipal deve tornar-se, de fato, Polícia Municipal, com previsão expressa no texto constitucional, para ampliar sua atuação integrada com as demais forças de segurança, especialmente diante do déficit de efetivo das Polícias Militares. Por fim, argumentou que o fortalecimento normativo dessas instituições contribuirá para maior eficiência na segurança pública e conclamou os Parlamentares a avançarem na tramitação da proposta, com vistas à valorização dos profissionais e ao combate ao crime organizado.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado declarou que, no Governo do Presidente Bolsonaro, o PT e o então candidato Lula criticaram gastos com cartão corporativo. Assinalou que os valores atribuídos a Bolsonaro teriam sido pequenos quando comparados ao montante que do atual Governo Lula. Apontou silêncio de opositores diante desse gasto e afirmou que recursos públicos teriam sido usados para sustentar o Governo, além de associar a situação ao aumento de impostos e caracterizar o cenário como vergonhoso para o País.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada felicitou os rotarianos do País pelo Dia do Rotariano, celebrado em 23 de fevereiro, e ressaltou a presença centenária do Rotary Internacional no Brasil, com 121 anos de atuação. Apontou a liderança da instituição na campanha global de erradicação da poliomielite, com redução superior a 99% dos casos desde 1988, além de ações em educação, saúde, combate à pobreza e saneamento básico. Por fim, homenageou o voluntariado e pediu a veiculação da fala na *A Voz do Brasil* e nos canais de comunicação da Casa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada manifestou solidariedade às mulheres vítimas de violência e relatou caso em que um homem matou o próprio filho para atingir a mãe da criança. Ademais, informou que apresentou projeto para incluir no Código Penal a tipificação do homicídio vicário (PL nº 2.767/2025) e defendeu a urgência da votação da matéria, como forma de reconhecer o sofrimento de mães que, além de violência direta, enfrentam agressões praticadas contra seus filhos. Além disso, mencionou iniciativa da Deputada Laura Carneiro para inserir a violência vicária na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 2006), ampliando a proteção no âmbito da violência moral e doméstica. Ainda, sustentou que a tipificação específica contribuirá para o enfrentamento da impunidade e para a proteção de mulheres e crianças. Por fim, apelou à Presidência da Câmara dos Deputados para priorizar a apreciação das proposições relacionadas aos direitos das mulheres.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada informou que, em reunião de Líderes, foi debatida a tipificação da violência vicária após caso em que crianças foram mortas para atingir a mãe, e classificou o ocorrido como forma extrema de violência contra a mulher. Explicou que a violência vicária ocorre quando o agressor utiliza filhos ou familiares para causar sofrimento à mulher, e defendeu que a conduta seja expressamente prevista na legislação brasileira. Além disso, relatou que a Deputada Jack Rocha levou à reunião as proposições voltadas à inclusão do referido crime na Lei Maria da Penha (PL nº 3.880/2024, da Deputada Maria do Rosário) e no Código Penal (PL nº 2.767/2025, da Deputada Laura Carneiro). Por fim, sustentou que a convergência dos projetos permitirá votação célere da matéria, em reconhecimento à proteção das mulheres, e manifestou expectativa de aprovação unânime da proposta na Câmara dos Deputados.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado criticou o desfile de escola de samba no Carnaval do Rio de Janeiro que homenageou o Presidente Lula, afirmando que o episódio, além de ter desrespeitado a família e os cristãos, configurou grave crime eleitoral, com a utilização de recursos públicos para promoção pessoal do Presidente, em ano eleitoral. Sustentou que o financiamento do evento, estimado em 10 milhões de reais do dinheiro do pagador de impostos, configura irregularidade e grave crime eleitoral. Ademais, destacou que não foram abordados na homenagem temas como: investigações sobre as fraudes do INSS e do Banco Master, crise dos Correios, aumento dos índices de criminalidade, relação entre Lula e Maduro, recordes de feminicídio, de moradores de rua, de famílias endividadadas, de novos impostos criados, de desmatamento, de rombo fiscal, de rombo nas estatais, de mortes por dengue, de mortes de ianomâmi, entre outros. Por fim, mencionou que as pesquisas eleitorais já mostram Flávio Bolsonaro à frente de Lula e conclamou a população a participar das manifestações previstas para o dia 1º de março, em todas as capitais do País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado cobrou do Governo Lula a execução de obras de infraestrutura no Estado da Paraíba, especialmente a triplicação da BR-230, no trecho entre Cabedelo (PB) e o quilômetro 28, com ligação a João Pessoa (PB), incluindo o viaduto de Oitizeiro, bem como a duplicação no trecho entre Campina Grande (PB) e a Praça do Meio do Mundo. Destacou que, apesar de o Governo Federal falar em obras e no PAC 3, recursos foram retirados, e nenhuma das obras foram entregues no Estado, mesmo após 3 anos e 2 meses de governo. Além disso, ressaltou que até mesmo nas universidades federais, onde a maioria vota no PT, houve a redução da destinação de recursos, a exemplo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Por fim, reiterou que o Estado não foi contemplado com os investimentos prometidos pelo Presidente Lula.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado manifestou preocupação com o avanço do assoreamento no Rio Tramandaí, no Estado do Rio Grande do Sul, ao alertar para impactos ambientais, econômicos e sociais decorrentes da redução da profundidade das águas. Informou que o rio, a lagoa e o estuário, que deságuam no mar no Município de Tramandaí (RS), exercem papel relevante para a pesca, o turismo e a prática de esportes náuticos, mas estão comprometidos por conta do assoreamento, que já é visível. Ademais, relatou que foi realizada batimetria que apontou pontos com profundidade nula e mencionou ocorrência de acidente fatal atribuído ao assoreamento. Ainda, afirmou que enchentes e carreamento de resíduos das áreas mais altas contribuíram para o agravamento do quadro. Por fim, apresentou apelo em nome da população do litoral norte para a realização urgente de obras de desassoreamento com vistas à recuperação da vazão, da navegabilidade e do equilíbrio ambiental do rio.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado abordou a situação da Ilha do Bananal, no Estado do Tocantins, ao relatar determinação de órgãos ambientais para retirada dos rebanhos bovinos da área, sob o argumento de preservação ambiental. Informou que aproximadamente 200 mil cabeças de gado estão na ilha e que parte da população indígena tem sofrido pela insuficiência de políticas públicas e depende da atividade pecuária como fonte de renda. Além disso, questionou restrições relacionadas à BR-242, cuja travessia e obras estão condicionadas a licenciamento ambiental, o que tem impactado a economia regional e o escoamento da produção, inclusive em direção ao Estado de Mato Grosso. Além disso, mencionou a região do Cantão, uma das maiores produtoras no Tocantins, onde exigências ambientais burocráticas estão abrangendo diversos Municípios e comprometendo atividades produtivas e a economia. Por fim, apelou por revisão das políticas ambientais, defendendo a rediscussão do modelo de gestão territorial e ambiental, com busca de equilíbrio entre preservação do meio ambiente, desenvolvimento econômico, atividade agropecuária e direitos das comunidades indígenas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada registrou episódio ocorrido em partida de futebol envolvendo o Bragantino, no qual a árbitra foi desrespeitada por jogador, ao considerar inadequada a forma como ele questionou sua capacidade profissional. Destacou que críticas à arbitragem fazem parte do ambiente esportivo, mas que não se deve associar competência ao gênero. Além disso, elogiou a postura da árbitra, que manteve serenidade e conduziu a partida normalmente, bem como ressaltou a importância da presença feminina na arbitragem, ao mencionar que 25% dos contratos da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) são ocupados por mulheres. Ademais, parabenizou o Presidente do Bragantino pela aplicação imediata de sanção disciplinar ao atleta, com multa equivalente a 50% do salário por 2 meses, e defendeu que instituições devem agir prontamente diante de atitudes desrespeitosas. Por fim, afirmou que a responsabilização interna e a reação da sociedade constituem instrumentos relevantes no enfrentamento à discriminação e na valorização da qualificação profissional das mulheres.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado criticou a demora no início da Ordem do Dia, lembrando o compromisso do Presidente Hugo Motta, durante a campanha, de começar essa fase da sessão às 16 horas. Ressaltou que a sessão já estava longa e que, por haver possibilidade de votação remota, muitos Parlamentares deixarão o plenário, o que prejudicará a qualidade do debate parlamentar. Ademais, mencionou articulações e reuniões relacionadas ao projeto denominado “antifacção” (PL nº 5.582/2025) e defendeu que a divergência é legítima no Parlamento e que é importante o bom debate sobre a matéria, em Plenário. Por fim, repudiou decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que considerou inexistente o crime de estupro de vulnerável em um caso de relação entre um homem de 35 anos e uma menina de 12 anos, e sustentou que uma criança de 12 anos não tem capacidade para decidir questões dessa ordem sobre o seu próprio corpo, a sua vida e seu cotidiano.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado abordou o processo histórico de divisão do Estado de Mato Grosso em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul na década de 1970 e destacou o crescimento econômico do Mato Grosso do Sul decorrente da expansão da soja no Cerrado, destacando que o Estado responde por parcela significativa da produção e das exportações agrícolas do País. Entretanto, sustentou que a competitividade está comprometida por limitações logísticas e deficiência de infraestrutura para escoamento da produção. Ademais, mencionou a paralisação das obras de diversas rodovias e da Ferrovia do Ferrogrão há quase 5 anos devido a um pedido do PSOL ao STF, o qual foi atendido pelo Ministro Alexandre de Moraes. Por fim, criticou a judicialização de projetos de infraestrutura que são importantes para o País, e o fato de esses processos estarem sendo decididos por quem sequer vive no Estado que está sendo prejudicado com a decisão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada celebrou o dia 24 de fevereiro como marco histórico da conquista do voto feminino no Brasil, reconhecido em 1932, e destacou que o direito foi resultado de mobilização e luta das mulheres por participação política. Ressaltou que o sufrágio representou o reconhecimento da mulher como cidadã plena e sujeito político, ampliando a legitimidade da democracia brasileira. Além disso, afirmou que, desde então, houve avanços na ocupação de espaços pelas mulheres em diversas áreas, embora persistam desafios como desigualdade salarial, violência de gênero e sub-representação política. Ainda, defendeu maior presença feminina nos espaços de poder, ao sustentar que a participação das mulheres fortalece a formulação de políticas públicas voltadas à educação, saúde, combate à fome e proteção social. Por fim, reafirmou compromisso com a ampliação da representatividade feminina e mencionou a importância da paridade na Câmara dos Deputados.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado demonstrou indignação com a decisão do Governo Lula de elevar em 25% o Imposto de Importação sobre mais de mil itens eletrônicos, máquinas e celulares. Argumentou que o aumento de tributos onerará novamente o pagador de impostos e estimulará a migração de empresas para o Paraguai, em razão de custos elevados no Brasil. Por fim, reiterou que o povo brasileiro já está sufocado com a alta taxa tributária, e que é uma vergonha o Governo Lula, mais uma vez, aumentar ainda mais os impostos.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado defendeu a continuidade do debate sobre o fim da escala 6 por 1 (Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2025), e argumentou que a discussão envolve a saúde física e mental do trabalhador brasileiro, não devendo ser deixada exclusivamente à negociação entre empregadores e empregados. Sustentou que a alteração da jornada terá impacto positivo direto na convivência familiar, afirmando que o atual regime compromete o convívio entre pais e filhos e a harmonia doméstica. Além disso, rejeitou a ideia de que a proposta provoca prejuízos econômicos ao País e contestou o tratamento do tema como disputa ideológica, defendendo que a matéria envolve saúde pública e proteção à família trabalhadora. Por fim, declarou que a deliberação evidenciará o posicionamento dos Parlamentares em relação aos interesses dos trabalhadores e do setor patronal.

Bacelar (PV - BA) - O Deputado parabenizou o Presidente Lula pela suspensão da importação de amêndoas de cacau da República da Costa do Marfim, após apelos de produtores da Bahia. Sustentou que a medida preveniu riscos fitossanitários à produção nacional, ao evitar a possível entrada de pragas que poderiam afetar o cacau brasileiro e causar impactos ambientais e à produção nacional. Por fim, agradeceu o Presidente em nome dos produtores de cacau da Bahia e destacou a importância da proteção da agricultura nacional e do meio ambiente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Paulo Marinho Jr (PL - MA) - O Deputado destacou a importância da votação do Projeto de Lei Antifacção (PL nº 5.582/2025), ao afirmar que o avanço do crime organizado e da violência exige resposta firme do Parlamento. Relatou a situação do Estado do Maranhão, mencionando a atuação de organizações criminosas com ramificação transnacional e a utilização do território como rota para o tráfico internacional de drogas. Além disso, citou a infiltração na sociedade e a expansão de facções como PCC e Comando Vermelho, que já controlam territórios e rotas logísticas em diversos Estados, além de estarem crescendo e ficando cada vez mais poderosas, inteligentes e organizadas. Ainda, sustentou que a ausência de enfrentamento agrava a insegurança e compromete direitos básicos da população, como o direito de ir e vir. Ademais, destacou a necessidade de recursos para melhoria das condições de trabalho policial e defendeu maior apoio estrutural às forças de segurança pública. Por fim, afirmou que o trabalho do Legislativo é indispensável para o combate às facções e para a restauração da normalidade social.

Luiz Gastão (PSD - CE) - O Deputado defendeu que o debate sobre o fim da escala 6 por 1 (Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2025) deve estar associado à discussão mais ampla sobre a jornada de trabalho. Informou que apresentou relatório em Subcomissão da Comissão de Trabalho propondo a redução da jornada semanal para 40 horas, o que implica, no caso de 8 horas diárias, 5 dias de trabalho e 2 dias de descanso. Além disso, explicou que trabalhadores com jornadas diferenciadas, como 6 horas diárias durante 6 dias ou meio expediente, já cumprem carga horária inferior ao limite atual de 44 horas semanais e que qualquer alteração precisa considerar essas especificidades. Ainda, sustentou que a redução da jornada poderia ter sido deliberada anteriormente, mas não avançou em razão de divergências entre entidades representativas dos trabalhadores. Outrossim, defendeu que o Parlamento busque solução equilibrada que contemple trabalhadores e micro e pequenas empresas, inclusive com mecanismos de compensação. Por fim, afirmou que o tema deve ser tratado com maturidade e manifestou expectativa de que o Parlamento possa assegurar ao trabalhador uma jornada de trabalho mais adequada.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado mencionou que a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2025, foi discutida com diversos setores, com o objetivo de construir texto que não compromettesse empregos nem prejudicasse os próprios trabalhadores. Sustentou que parte dos defensores da proposta está mais interessada em ganhos eleitorais do que nos impactos econômicos da medida. Ainda, argumentou que eventual redução da jornada gerará repasse de custos, demissões e aumento de preços em diferentes setores. Além disso, afirmou que a legislação deve considerar limites econômicos e viabilidade prática. Por fim, declarou que mudanças dessa natureza podem estimular a migração de empresas para o Paraguai, em razão da menor carga tributária e da segurança jurídica do país.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada manifestou apoio à proposta de fim da escala 6 por 1 (Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2025), ao relatar experiência pessoal como trabalhadora desde a infância e destacar a importância do reconhecimento de direitos laborais. Sustentou que a redução da jornada permitirá melhor conciliação entre trabalho e vida familiar, ao possibilitar maior convivência com filhos e tempo de descanso aos trabalhadores. Além disso, afirmou que a medida não tem o objetivo de reduzir o lucro do empregador, e defendeu que trabalhadores com menos horas de trabalho podem produzir mais, em razão de melhores condições físicas e emocionais. Por fim, registrou apoio aos autores da proposta e afirmou expectativa de que a matéria seja aprovada pela Câmara.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2025, afirmando que partidos como PT e PSOL estão defendendo a medida com finalidade eleitoral. Sustentou que a eventual mudança aumentará encargos para empregadores e trabalhadores, além de estimular a informalidade e reduzir a oferta de empregos. Ademais, destacou que o principal problema do País é a falta de postos de trabalho e afirmou que os dados oficiais do IBGE sobre emprego são manipulados. Além disso, declarou que o ambiente econômico de altos custos e encargos, criado pelo Ministro da Economia no País, está levando empresas a se instalarem no Paraguai. Por fim, afirmou que trabalhadores priorizam renda e estabilidade no emprego, e não medidas eleitoreiras que comprometem a geração de trabalho formal.

Pastor Henrique Vieira (PSOL - RJ) - O Deputado defendeu a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar o tráfico ilícito de armas de fogo no Brasil. Sustentou que armas devem permanecer sob custódia do Estado brasileiro, utilizadas por agentes de segurança pública dentro dos critérios legais, e criticou a lógica armamentista. Alertou que a presença de armas potencializa conflitos cotidianos e amplia riscos de letalidade, inclusive em contexto de violência doméstica e feminicídio. Recordou mobilização ocorrida na Cinelândia, no Rio de Janeiro (RJ), no início dos anos 2000, com participação do Viva Rio e de líderes religiosos, em defesa do desarmamento voluntário. Por fim, solicitou apoio dos Parlamentares para apuração de quem lucra com o tráfico e do percurso das armas até facções, milícias e organizações criminosas.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou o discurso de Parlamentares do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e de partidos alinhados ao Partido dos Trabalhadores (PT) contrários à ampliação do acesso a armas. Relatou ter participado da Campanha do Desarmamento, mas afirmou que deixou a iniciativa após tentativa de invasão de sua residência por quatro criminosos armados, ocasião em que só conseguiu proteger a esposa e a filha recém-nascida porque possuía arma em razão de sua atividade policial. Ao final, defendeu o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

direito de o cidadão possuir arma legal para defesa da própria vida e condenou a demagogia de quem dispõe de segurança estatal.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada manifestou apoio à escola de samba Acadêmicos de Niterói, no carnaval de 2026, e criticou tentativas de dirigismo cultural da Direita e da Extrema Direita em razão do enredo que homenageou Dona Lindu e o Presidente Lula. Defendeu a autonomia criativa das escolas de samba e rejeitou a politização, a judicialização e a censura de manifestações culturais, afirmando que enredos já celebraram lideranças como o ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Por fim, reforçou sua expectativa de vitória do Presidente Lula nas eleições deste ano.

ORDEM DO DIA

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado afirmou ter ouvido a Deputada Jandira Feghali com respeito e declarou pertencer a uma Direita que dialoga. Utilizou exemplo envolvendo símbolos religiosos para sustentar que determinadas manifestações culturais podem ofender sentimentos de fé e valores considerados sagrados. Argumentou que a família ocupa lugar central para cristãos, evangélicos e conservadores e afirmou que o desfile da escola Acadêmicos de Niterói desrespeitou tais valores. Por fim, defendeu que o Governo Federal deveria reconhecer que houve erro no Sambódromo.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado defendeu que a principal mensagem do desfile na Sapucaí foi a homenagem à trajetória de Dona Lindu e do Presidente Lula, cuja biografia foi retratada pela escola de samba, destacando sua condição de retirante nordestino que viajou para São Paulo, tornou-se metalúrgico, presidiu sindicato, foi Deputado Constituinte e chegou à Presidência da República. Ao final, sustentou que a homenagem foi reconhecida pelo público, com aplausos de pé ao Presidente Lula.

Guilherme Derrite (PP - SP) - O Deputado proferiu parecer ao Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei (PL) nº 5.582, de 2025, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas no País (PL Antifacção).

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado manifestou-se, pela bancada do Partido dos Trabalhadores (PT), favoravelmente ao acordo entre o Governo Federal e o Parlamento para a retirada de destaques na votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei (PL) nº 5.582, de 2025, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas no País (PL Antifacção). Elogiou ainda o texto, fruto do acordo, por manter a tributação das *bets* para financiar o enfrentamento ao crime organizado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Jonas Donizette (PSB - SP) - O Deputado, como Líder do Partido Socialista Brasileiro (PSB), manifestou-se favoravelmente ao acordo para a votação do Parecer do Relator, Deputado Derrite, ao Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei (PL) nº 5.582, de 2025, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas no País (PL Antifacção). Destacou ainda que o texto resultou de consenso entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, incorporando contribuições positivas de ambas as Casas e contando com o apoio do Ministro da Justiça e da Segurança Pública. Ao final, enfatizou a necessidade de instrumento legal eficaz para tipificar quadrilhas e facções criminosas.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada, pela bancada do PCdoB, manifestou-se favoravelmente ao acordo para a votação do Parecer do Relator, Deputado Derrite, ao Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei (PL) nº 5.582, de 2025, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas no País (PL Antifacção), defendendo ainda a retirada de todos os destaques.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada discutiu o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei (PL) nº 5.582, de 2025, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas no País (PL Antifacção). Ademais, reconheceu avanços no diálogo entre o Relator, Deputado Guilherme Derrite, e o Governo Federal e elogiou o Substitutivo aprovado pelo Senado bem como o trabalho do Relator Senador Alessandro Vieira. Por fim, repudiou as articulações para a supressão da tributação das *bets* como contribuição para o financiamento das ações de segurança pública.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado discutiu o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei (PL) nº 5.582, de 2025, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas no País (PL Antifacção).

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado discutiu o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei (PL) nº 5.582, de 2025, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas no País (PL Antifacção). Ademais, elogiou o Substitutivo do Senado por ter recuperado as prerrogativas e o financiamento da Polícia Federal e defendeu a manutenção da tributação das *bets*.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei (PL) nº 5.582, de 2025, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas no País (PL Antifacção). Ademais, criticou o Relatório do Deputado Derrite por acolher dispositivos que, mediante tipos penais vagos, criminalizam a favela e o favelado. Além disso, defendeu a retirada do poder político e econômico do crime organizado, impedindo a ocupação do aparelho do Estado. Condenou ainda a Extrema Direita por defender o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

aumento das penas como política de segurança pública. Por fim, recriou o Governador Cláudio Castro por tentar criminalizar as mães que retiraram da mata os cadáveres de seus filhos vítimas de operação policial.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado discutiu o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei (PL) nº 5.582, de 2025, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas no País (PL Antifacção). Ademais, elogiou o trabalho do Relator, Deputado Guilherme Derrite, e criticou o discurso político da Esquerda, que defende criminosos. Além disso, alertou para a infiltração das facções criminosas na política, em vários Estados, destacando a presença do Comando Vermelho na Prefeitura de Manaus (AM).

Pastor Henrique Vieira (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei (PL) nº 5.582, de 2025, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas no País (PL Antifacção). Ademais, afirmou que aqueles que votaram favoravelmente à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que dispõe sobre as prerrogativas parlamentares, foram os que defenderam criminosos. Além disso, criticou os tipos penais amplos e imprecisos acolhidos no Parecer do Relator, Deputado Derrite, que podem ser utilizados para criminalizar o povo negro, pobre e trabalhador das periferias. Por fim, repudiou o sensacionalismo ineficiente do Relator e argumentou que, nos Estados Unidos, os Estados sem pena de morte possuem menor taxa de homicídios em comparação com os Estados americanos que a adotaram.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado discutiu o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei (PL) nº 5.582, de 2025, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas no País (PL Antifacção). Ademais, defendeu o parecer do Relator Deputado Derrite contra as mentiras do Governo Lula e da sua base de apoio político, esclarecendo que não houve mudanças nas atribuições constitucionais da Polícia Federal.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado discutiu o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei (PL) nº 5.582, de 2025, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas no País (PL Antifacção). Ademais, manifestou-se contrariamente ao destaque de bancada para supressão da tributação das *bets*, que poderia resultar na perda de 30 bilhões de reais para a segurança pública. Além disso, criticou os relatórios do Deputado Derrite que buscaram colocar a Polícia Federal sob a tutela dos Governadores e proteger os bens de ricos envolvidos em crimes. Elogiou ainda o Substitutivo do Relator, Senador Alessandro Vieira, aprovado pelo Senado Federal.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado discutiu o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei (PL) nº 5.582, de 2025, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas no País (PL Antifacção). Ademais, sustentou que a operação policial no Estado do Rio de Janeiro evidenciou cenário de “guerra civil não



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

declarada” e responsabilizou o Presidente Lula pela fragilidade do enfrentamento ao crime organizado. Além disso, condenou a proposta original encaminhada pelo Governo por não combater as facções e as alterações no Senado por reduzirem penas e ampliarem benefícios a presidiários. Por fim, contestou as críticas da Esquerda ao parecer do Relator, Deputado Derrite, defendendo que o texto visa prender integrantes de facções e milícias e que moradores de comunidades seriam os principais beneficiados.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei (PL) nº 5.582, de 2025, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas no País (PL Antifacção). Ademais, alertou que a tipificação penal prevista no parecer é genérica e pode criminalizar, com previsão de penas muito elevadas, moradores de favelas obrigados a conviver com facções. Além disso, defendeu o combate às organizações criminosas, mas repudiou a supressão da taxaçaõ das *bets* como medida conivente com a criminalidade.

Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado discutiu o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei (PL) nº 5.582, de 2025, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas no País (PL Antifacção). Ademais, condenou a Direita bolsonarista por apoiar a supressão da tributação das *bets*, prejudicando o combate ao crime organizado. Além disso, elogiou o Substitutivo aprovado pelo Senado e criticou o texto aprovado inicialmente pela Câmara dos Deputados por enfraquecer a Polícia Federal.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado discutiu o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que trata do Marco Legal de Combate ao Crime Organizado e altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de encerramento de discussão e encaminhamento da votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que trata do Marco Legal de Combate ao Crime Organizado e altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País. Criticou o PT por não apoiar a criação da CPMI do Banco Master. Disse que não viu integrantes do partido assinarem o requerimento para instalação da comissão e questionou a coerência entre



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

discurso e prática. Também afirmou que o PT não apoiou a convocação de “Lulinha” para depor na CPMI do INSS e acusou o partido de blindar investigados. Informou que a sociedade arcou com prejuízos causados a aposentados, enquanto responsáveis não ressarciram os valores. Declarou que o ano eleitoral motivou mudança de postura e cobrou ações concretas em vez de discursos na tribuna.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de encerramento de discussão e encaminhamento da votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que trata do Marco Legal de Combate ao Crime Organizado e altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País.

Doutor Luizinho (PP - RJ) - O Deputado encaminhou a votação da proposição Autônoma do Art. 3, II, d, da Lei n 13.756/2018, constante do art. 14 do Substitutivo do Senado Federal, do Art. 30-A a 30-H da Lei n 13.756/2018, constante do art. 15 do Substitutivo do Senado Federal, e, por decorrência, a expressão "ressalvados os montantes correspondentes à contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre a exploração de apostas de quota fixa (Cide-Bets), na forma dos arts. 30-A a 30-H da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e do regulamento" disposto no § 1º do art. 21-A da Lei nº 14.790/2023, constante do art. 16 do Substitutivo do Senado Federal, art. 20 a 24 do Substitutivo do Senado Federal, bem como o inciso I do art. 27 do Substitutivo do Senado Federal, apresentado ao Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que trata do Marco Legal de Combate ao Crime Organizado e altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado encaminhou a votação da proposição Autônoma do Art. 3, II, d, da Lei n 13.756/2018, constante do art. 14 do Substitutivo do Senado Federal, do Art. 30-A a 30-H da Lei n 13.756/2018, constante do art. 15 do Substitutivo do Senado Federal, e, por decorrência, a expressão "ressalvados os montantes correspondentes à contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre a exploração de apostas de quota fixa (Cide-Bets), na forma dos arts. 30-A a 30-H da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e do regulamento" disposto no § 1º do art. 21-A da Lei nº 14.790/2023, constante do art. 16 do Substitutivo do Senado Federal, art. 20 a 24 do Substitutivo do Senado Federal, bem como o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

inciso I do art. 27 do Substitutivo do Senado Federal, apresentado ao Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que trata do Marco Legal de Combate ao Crime Organizado e altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que trata do Marco Legal de Combate ao Crime Organizado e altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País, o PL Antifacção, como proposta articulada pelo Governo do Presidente Lula para estruturar um sistema nacional de segurança pública em parceria com os Estados. Afirmou que o texto buscou enfrentar o crime organizado e seus financiadores, inclusive no “andar de cima” da economia. Informou que a bancada apoiou a preferência pelo texto do Senado e reconheceu avanços no relatório, com acolhimento de pontos para evitar a criminalização de movimentos sociais. Disse que o partido retirou destaques para viabilizar acordo, mas criticou a manutenção de proposta que suprimia o financiamento via taxação das bets. Cobrou definição das bancadas sobre fontes de recursos para fortalecer as forças de segurança.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação da proposição Autônoma do Art. 3, II, d, da Lei nº 13.756/2018, constante do art. 14 do Substitutivo do Senado Federal, do Art. 30-A a 30-H da Lei nº 13.756/2018, constante do art. 15 do Substitutivo do Senado Federal, e, por decorrência, a expressão "ressalvados os montantes correspondentes à contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre a exploração de apostas de quota fixa (Cide-Bets), na forma dos arts. 30-A a 30-H da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e do regulamento" disposto no § 1º do art. 21-A da Lei nº 14.790/2023, constante do art. 16 do Substitutivo do Senado Federal, art. 20 a 24 do Substitutivo do Senado Federal, bem como o inciso I do art. 27 do Substitutivo do Senado Federal, apresentado ao Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que trata do Marco Legal de Combate ao Crime Organizado e altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Jonas Donizette (PSB - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação da proposição Autônoma do Art. 3, II, d, da Lei nº 13.756/2018, constante do art. 14 do Substitutivo do Senado Federal, do Art. 30-A a 30-H da Lei nº 13.756/2018, constante do art. 15 do Substitutivo do Senado Federal, e, por decorrência, a expressão "ressalvados os montantes correspondentes à contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre a exploração de apostas de quota fixa (Cide-Bets), na forma dos arts. 30-A a 30-H da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e do regulamento" disposto no § 1º do art. 21-A da Lei nº 14.790/2023, constante do art. 16 do Substitutivo do Senado Federal, art. 20 a 24 do Substitutivo do Senado Federal, bem como o inciso I do art. 27 do Substitutivo do Senado Federal, apresentado ao Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que trata do Marco Legal de Combate ao Crime Organizado e altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação da proposição Autônoma do Art. 3, II, d, da Lei nº 13.756/2018, constante do art. 14 do Substitutivo do Senado Federal, do Art. 30-A a 30-H da Lei nº 13.756/2018, constante do art. 15 do Substitutivo do Senado Federal, e, por decorrência, a expressão "ressalvados os montantes correspondentes à contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre a exploração de apostas de quota fixa (Cide-Bets), na forma dos arts. 30-A a 30-H da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e do regulamento" disposto no § 1º do art. 21-A da Lei nº 14.790/2023, constante do art. 16 do Substitutivo do Senado Federal, art. 20 a 24 do Substitutivo do Senado Federal, bem como o inciso I do art. 27 do Substitutivo do Senado Federal, apresentado ao Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que trata do Marco Legal de Combate ao Crime Organizado e altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da proposição Autônoma do Art. 3, II, d, da Lei nº 13.756/2018, constante do art. 14 do Substitutivo do Senado Federal, do Art. 30-A a 30-H da Lei nº 13.756/2018, constante do art. 15 do Substitutivo do Senado Federal, e, por decorrência, a expressão "ressalvados os montantes correspondentes à contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre a exploração de apostas de quota fixa (Cide-Bets), na forma dos arts. 30-A a 30-H da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e do regulamento" disposto no § 1º do art. 21-A da Lei nº 14.790/2023, constante



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

do art. 16 do Substitutivo do Senado Federal, art. 20 a 24 do Substitutivo do Senado Federal, bem como o inciso I do art. 27 do Substitutivo do Senado Federal, apresentado ao Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que trata do Marco Legal de Combate ao Crime Organizado e altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da proposição Autônoma do Art. 3, II, d, da Lei n 13.756/2018, constante do art. 14 do Substitutivo do Senado Federal, do Art. 30-A a 30-H da Lei n 13.756/2018, constante do art. 15 do Substitutivo do Senado Federal, e, por decorrência, a expressão "ressalvados os montantes correspondentes à contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre a exploração de apostas de quota fixa (Cide-Bets), na forma dos arts. 30-A a 30-H da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e do regulamento" disposto no § 1º do art. 21-A da Lei nº 14.790/2023, constante do art. 16 do Substitutivo do Senado Federal, art. 20 a 24 do Substitutivo do Senado Federal, bem como o inciso I do art. 27 do Substitutivo do Senado Federal, apresentado ao Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que trata do Marco Legal de Combate ao Crime Organizado e altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País.

Aguinaldo Ribeiro (PP - PB) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 278, de 2026, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter – REDATA, e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025.

Kim Kataguri (UNIÃO - SP) - O Deputado apresentou questão de ordem com base nos arts. 184, 185, §3º, e 95 do Regimento Interno para contestar a condução de votação sobre destaque ao Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que trata do Marco Legal de Combate ao Crime Organizado e altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País. Afirmou que, após pedido de verificação feito pelo Líder do PT, que representa mais de 31 Deputados, a Mesa deveria ter concedido votação nominal, conforme previsão regimental. Informou que o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

direito à votação nominal independe da orientação da maioria e garante a exposição individual do voto dos Parlamentares. Declarou que desejava registrar voto favorável à taxaço das bets e à Cide-Bets e solicitou a nulidade da votação realizada.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado apresentou questão de ordem com base no art. 185, §1º, do Regimento Interno para pedir a anulaço de votação relacionada à cobrança sobre bets no âmbito do Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que trata do Marco Legal de Combate ao Crime Organizado e altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País. Afirmou que solicitou verificação de votação e que a orientação de bancada não substituiu o registro individual de votos. Segundo ele, o pedido visou garantir transparência e o direito de cada Deputado manifestar publicamente sua posição. Declarou que a bancada retirou destaques para viabilizar acordo, mas defendeu que o procedimento regimental fosse respeitado. Apelou à Presidência pela reconsideração da votação, em nome da convivência democrática e do regular andamento dos trabalhos.

Aguinaldo Ribeiro (PP - PB) - O Deputado proferiu parecer às Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 278, de 2026, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter – REDATA, e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada criticou a condução da votação do Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que trata do Marco Legal de Combate ao Crime Organizado e altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País, e afirmou que houve prejuízo à Polícia Federal com mudanças no relatório. Questionou a retirada da taxaço das bets para financiar a segurança pública e disse que o pedido de verificação de votação não foi concedido, apesar de ser prerrogativa regimental de Líder. Também alertou para riscos à soberania digital ao citar incentivos fiscais a data centers estrangeiros, com impacto ambiental e baixo retorno em empregos. Mencionou tensões recentes com os Estados Unidos e defendeu investimentos em universidades e tecnologia nacional. Ela registrou repúdio ao método adotado na votação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado encaminhou a votação das Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 278, de 2026, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter – REDATA, e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação das Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 278, de 2026, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter – REDATA, e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado afirmou que manteve posição contrária à liberação das bets na votação do Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que trata do Marco Legal de Combate ao Crime Organizado e altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País, e lembrou que alertou para impactos sociais da medida. Citou dados sobre endividamento, inadimplência e uso de recursos do Bolsa Família em apostas, além de casos de ludopatia e consequências para famílias. Informou que a Frente Parlamentar Evangélica atuou contra a jogatina, mas foi vencida. Relatou que, na votação sobre destinar parte da taxa das bets à segurança pública, apoiou a manutenção do texto do Relator para ampliar a tributação, como forma de compensar o que classificou como erro do Parlamento.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada apresentou questão de ordem com base nos arts. 137 e 162 do Regimento Interno para questionar a inadmissão de destaque de sua autoria. Afirmou que foi surpreendida com a retirada do destaque sem comunicação prévia e alegou que o encerramento da discussão ocorreu após anúncio de seis destaques, dos quais quatro foram retirados por outro partido. Informou que não houve oportunidade para reapresentação ou debate. Declarou que respeitou acordos firmados, mas anunciou que apresentaria recurso e solicitou esclarecimentos formais.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 278, de 2026, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter – REDATA, e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 278, de 2026, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter – REDATA, e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Jonas Donizette (PSB - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 278, de 2026, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter – REDATA, e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 278, de 2026, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter – REDATA, e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025.

Ricardo Galvão (REDE - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 278, de 2026, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter – REDATA, e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 278, de 2026, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter – REDATA, e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025.

Luiz Carlos Hauly (PODE - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 278, de 2026, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter – REDATA, e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 278, de 2026, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter – REDATA, e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 278, de 2026, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter – REDATA, e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025. Além disso, parabenizou os Parlamentares que votaram a favor do Projeto Antifacção, destacando que o texto mantém pontos aprovados pela Câmara, como a proibição de voto para presos, e afirmou que a proposta endurece o combate às facções criminosas. Também criticou o Presidente Lula por se posicionar contra o projeto e mencionou que parte da população vive sob domínio do crime organizado.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 278, de 2026, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para instituir o Regime



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Especial de Tributação para Serviços de Datacenter – REDATA, e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025. Além disso, elogiou a condução da votação do Projeto de Lei Antifacção e afirmou que a proposta é relevante para o enfrentamento da criminalidade, destacando sua experiência como policial na Paraíba. Por fim, criticou o Governo Lula por politizar o debate sobre segurança pública de forma inadequada, acusando-o de desinformar a população e de utilizar a estrutura de comunicação oficial para atacar o Congresso Nacional.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 278, de 2026, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter – REDATA, e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou o Partido dos Trabalhadores e o Governo do Presidente Lula, afirmando que o partido teria histórico de atuação contrária à Constituição de 1988 e envolvimento em escândalos como o mensalão. Também acusou o Governo de agir com deslealdade no debate parlamentar, mencionou supostas irregularidades relacionadas ao INSS e criticou encontros com banqueiros fora da agenda oficial.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada encaminhou a votação da Emenda de Plenário nº 68, apresentada ao Projeto de Lei nº 278, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter – REDATA, e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025.

Aguinaldo Ribeiro (PP - PB) - O Deputado destacou a importância do Projeto de Lei sobre o Redata, de autoria do Deputado José Guimarães, relacionando-o à Emenda Constitucional 132, que trata da reforma tributária sobre o consumo. Afirmou que o programa cria incentivos tributários para atrair investimentos em *data centers* no Brasil, com impacto mais relevante até 2026, antes da plena vigência da Contribuição sobre Bens e Serviços. Ressaltou a conexão entre *data centers*, inteligência artificial e infraestrutura tecnológica, defendendo investimentos estratégicos para garantir competitividade e soberania digital ao País. Também afirmou que o projeto mantém as exigências ambientais já previstas na legislação e acrescenta a obrigatoriedade de divulgação de relatório de sustentabilidade pelas empresas habilitadas. Por fim, mencionou a expectativa de avanço na tramitação do Projeto de Lei nº 2.338, de 2023, sobre inteligência artificial.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 68, apresentada ao Projeto de Lei nº 278, de 2026, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter – REDATA, e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 68, apresentada ao Projeto de Lei nº 278, de 2026, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter – REDATA, e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva retirou cerca de 50 milhões de reais das obras da BR-230, na Paraíba. Criticou as gestões do PT ao longo dos últimos anos, alegando que, apesar do tempo no poder, não houve avanços na duplicação ou ampliação da rodovia. Também acusou o Governo de reduzir reiteradamente recursos da obra e de divulgar informações que não corresponderiam à realidade.

Luiz Carlos Hauly (PODE - PR) - O Deputado manifestou preocupação com a redação do texto do Projeto de Lei nº 278, de 2026, em debate, afirmando que poderia haver prejuízo à indústria brasileira e solicitando compromisso para eventual ajuste no Senado. Criticou também o funcionamento do processo legislativo, afirmando que há enfraquecimento do Parlamento, com pouca discussão nas Comissões e predomínio de acordos de Liderança no Plenário.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado afirmou que, embora haja pontos a discutir sobre o funcionamento da Câmara, não procede a ideia de que o Projeto de Lei nº 278, de 2026, do Governo, desconsidere a indústria nacional. Afirmou que a proposta já contempla estímulos ao setor industrial, podendo ser aprimorada, e o Relator teria atendido a essa preocupação no texto apresentado.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente destacou a aprovação de dois temas considerados prioritários: o projeto relacionado ao programa Redata, articulado a partir de proposta apresentada pelo Deputado José Guimarães, com relatoria do Deputado Aguinaldo Ribeiro, voltado a incentivar investimentos em data centers e tecnologia; e o Projeto de Lei Antifacção, relatado pelo Deputado Guilherme Derrite. Sobre o primeiro, ressaltou a importância estratégica para o desenvolvimento tecnológico e energético do País e manifestou expectativa de rápida análise pelo Senado. Em relação ao projeto de combate ao crime organizado, afirmou que se trata de um marco legal que endurece a legislação, moderniza tipos penais e fortalece a atuação das forças de segurança, destacando que a proposta foi construída com diálogo entre



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

Parlamento e Governo, incluindo o Ministro da Justiça, Wellington Lima e Silva. Anunciou, por fim, a votação iminente da chamada Proposta de Emenda à Constituição da Segurança.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado tratou de decisão recente do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex-Camex) que revogou a isenção do imposto de importação sobre celulares e outros eletrônicos e assinalou que a medida encareceu produtos essenciais ao trabalho, ao estudo e ao acesso a serviços, por conseguinte ampliou a exclusão digital e impôs custos a famílias, trabalhadores e pequenos empreendedores. Além disso, declarou que o aumento de tributos não enfrentou gargalos estruturais da indústria, como energia, logística, segurança jurídica, crédito e inovação. Apontou também o cenário fiscal pressionado e criticou estratégia arrecadatória sem plano consistente de crescimento. Por fim, defendeu previsibilidade, eficiência do gasto público e estímulo à competitividade.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada tratou do compromisso do Estado com a primeira infância e informou que a Comissão de Finanças e Tributação aprovaria o Projeto de Lei Complementar nº 174, de 2025, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para instituir o Orçamento Criança, instrumento de transparência destinado a identificar, monitorar e avaliar recursos voltados a crianças de zero a seis anos. Declarou que a medida não criaria despesa nova e apenas conferiria visibilidade e rastreabilidade ao que já se executava, além da previsão de quadro anexo na lei orçamentária e detalhamento no relatório de execução em áreas como saúde, educação e assistência social. Por fim, citou evidências sobre a centralidade dos primeiros anos, agradeceu apoio suprapartidário e pediu celeridade na tramitação.

Tião Medeiros (PP - PR) - O Deputado abordou a saúde institucional da República e o equilíbrio entre os Poderes e avaliou que debates no Supremo Tribunal Federal deveriam considerar limites constitucionais da jurisdição, afirmando que a separação de Poderes funciona como garantia contra o arbítrio. Citou controvérsias sobre o Inquérito nº 4781, de 2019, sem provocação do Ministério Público, escolha de relator sem sorteio e concentração de funções. Além disso, apontou expansão do escopo investigativo, medidas cautelares severas e impactos sobre liberdade de expressão e proporcionalidade. Defendeu ainda que o combate à desinformação ocorresse dentro do devido processo legal, do juiz natural e do sistema acusatório. Ademais assinalou riscos de judicialização excessiva e de interferência em políticas públicas. Por fim, sustentou que o Parlamento deveria enfrentar o tema com aperfeiçoamentos legislativos que reforçassem autocontenção, segurança jurídica e contrapesos.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado abordou o fortalecimento da proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e informou que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

aprovou o Projeto de Lei (PL) nº 1.299, de 2025, de autoria da Deputada Laura Carneiro e relatada por ele. Assinalou que a PL assegurou competência das varas especializadas em crimes contra a mulher para julgar violência doméstica contra vítimas do gênero feminino, inclusive crianças, adolescentes e idosas. Além disso, declarou que o texto consolidou entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre análise sob perspectiva de gênero e reduziu disputas formais de competência entre a Lei Maria da Penha, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Pessoa Idosa. Por fim, sustentou que a medida ampliou segurança jurídica e celeridade, agradeceu apoios e manifestou expectativa de rápida tramitação no Senado Federal.

Fausto Jr. (UNIÃO - AM) - O Deputado apresentou o Projeto Lei nº 398, de 2026, que altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para majorar a pena do crime de maus-tratos a animais.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado lembrou e homenageou o dia 24 de fevereiro como marco da conquista do voto feminino no País e assinalou que, em 24 de fevereiro de 1932, o Código Eleitoral do Governo Getúlio Vargas reconheceu às mulheres o direito de votar e serem votadas. Atribuiu a conquista à mobilização e à resistência de mulheres pioneiras, como Bertha Lutz. Além disso, observou que a mudança fora recente e ainda exigia avanços. Por fim, defendeu que celebrar a data significara reforçar compromisso com democracia inclusiva, enfrentar sub-representação feminina e ampliar oportunidades de liderança.

Maria Rosas (REPUBLICANOS - SP) - A Deputada celebrou o Dia da Conquista do Voto Feminino e assinalou que, em 24 de fevereiro de 1932, as mulheres passaram a participar das decisões políticas do País. Afirmou que o voto feminino representara avanço político e instrumento de transformação social, pois ampliara a influência das mulheres sobre políticas públicas, direitos, igualdade e ocupação de espaços de poder. Além disso, reconheceu expansão gradual da presença feminina na política e apontou persistência de desafios de igualdade e representatividade. Por fim, defendeu apoio às mulheres que desejassem ingressar na vida pública e declarou que democracia forte se construíra com justiça, representatividade e participação ativa feminina.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado analisou a norma técnica do Ministério da Gestão e da Inovação, publicada em 20 de fevereiro de 2026, que regulamentara alterações no Orçamento de Investimento de estatais federais não dependentes, com procedimentos, fluxos e prazos para créditos e remanejamentos. Assinalou tramitação exclusiva pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), via ministério setorial, com justificativas à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Além disso, apontou marcos de 18 de setembro e 13 de novembro e o papel da SEST na compatibilidade com metas fiscais e na reprogramação do Programa de Dispendios Globais. Também



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 8.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/02/2026

mencionou migração por contrato de gestão, regras para extinção, privatização e transformações societárias, e a supressão da modificação de esferas orçamentárias. Defendeu ainda equilíbrio entre autonomia, transparência e controle, com diálogo entre Poderes, dados acessíveis e capacidade técnica. Por fim apelou ao apoio dos pares para governança eficiente e investimentos com resultados sociais.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado afirmou que a ciência e a dedicação haviam produzido “milagre” e homenageou Tatiana Sampaio, ao declarar que a pesquisadora criara em laboratório a polilaminina, versão recriada da laminina, e, assim, abria caminho para recuperar movimentos, autonomia e dignidade de pessoas que haviam perdido a esperança de voltar a andar. Atribuiu a conquista à perseverança e ao trabalho da bióloga e agradeceu em nome de pacientes e famílias impactadas. Além disso, assinalou que a biologia e a medicina não seriam as mesmas após a descoberta.

ENCERRAMENTO